

**DIRETRIZES E ORIENTAÇÕES PARA IMPLANTAÇÃO E POTENCIALIZAÇÃO  
DO USO DE PESQUISAS DO SISTEMA PED**

Meta E: Estimular a Expansão Sustentável do Sistema PED

E2. Estudos de expansão da PED – Metropolitana

E2.1 Sistematização do documento “Diretrizes e orientações para implantação e potencialização do uso de pesquisas do Sistema PED”;

---

*Convênio MTE/SPPE/CODEFAT N°. 092/2007 – DIEESE e Termos Aditivos*

2010

**Presidente da República**

Luiz Inácio Lula da Silva

**Ministro do Trabalho e Emprego**

Carlos Roberto Lupi

**Secretário de Políticas Públicas de Emprego**

Ezequiel Souza do Nascimento

**Diretor do Departamento de Emprego e Salário - DES**

Rodolfo Peres Torelly

**Coordenadora Geral de Emprego e Renda - CGER**

Sandra Elisabeth Lage Costa

Ministério do Trabalho e Emprego  
Secretaria de Políticas Públicas de Emprego – SPPE  
Esplanada dos Ministérios Bl. F Sede  
3º Andar-Sala 300  
Telefone: (61) 3317-62641  
Fax: (61) 3317-8216  
CEP: 70059-900  
Brasília - DF

Obs.: os textos não refletem necessariamente a posição do Ministério do Trabalho e Emprego.

## **Direção Sindical Executiva**

Tadeu Moraes de Sousa – Presidente

*STI Metalúrgicas Mecânicas e de Materiais Elétricos de São Paulo Mogi e Região - SP*

Alberto Soares da Silva - Vice-presidente

*Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de Campinas - SP*

João Vicente Silva Cayres – Secretário

*Sindicato dos Metalúrgicos do ABC - SP*

Ana Tércia Sanches – Diretora

*Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de São Paulo Osasco e Região - SP*

Antônio de Souza – Diretor

*STI Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico de Osasco e Região - SP*

Carlos Donizeti – Diretor

*Fed. dos Trabalhadores em Serviços de Asseio e Conservação Ambiental Urbana e Áreas Verdes do Estado de São Paulo - SP*

Josinaldo José de Barros – Diretor

*STI Metalúrgicas Mecânicas e de Materiais Elétricos de Guarulhos Arujá Mairiporã e Santa Isabel - SP*

José Carlos Souza – Diretor

*STI de Energia Elétrica de São Paulo - SP*

Mara Luzia Feltes – Diretora

*Sind. dos Empregados em Empresas de Assessoramentos Perícias Informações Pesquisas e de Fundações Estaduais do Rio Grande do Sul - RS*

Maria das Graças de Oliveira – Diretora

*Sindicato dos Servidores Públicos Federais do Estado de Pernambuco - PE*

Paulo de Tarso Guedes de Brito Costa – Diretor

*Sindicato dos Eletricistas da Bahia - BA*

Pedro Celso Rosa – Diretor

*STI Metalúrgicas de Máquinas Mecânicas de Material Elétrico de Veículos e Peças Automotivas da Grande Curitiba - PR*

Zenaide Honório – Diretora

*Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo - SP*

## **Direção Técnica**

Clemente Ganz Lúcio – Diretor Técnico

Ademir Figueiredo – Coordenador de Estudos e Desenvolvimento

José Silvestre Prado de Oliveira – Coordenador de Relações Sindicais

Francisco José Couceiro de Oliveira – Coordenador de Pesquisas

Nelson de Chueri Karam – Coordenador de Educação

Rosana de Freitas – Coordenadora Administrativa e Financeira

## **DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos**

Rua Ministro Godói, 310 – Parque da Água Branca – São Paulo – SP – CEP 05001-900

Fone: (11) 3874 5366 – Fax: (11) 3874 5394

E-mail: [en@dieese.org.br](mailto:en@dieese.org.br)

<http://www.dieese.org.br>

**Ficha Técnica****Coordenação do projeto**

Clemente Ganz Lúcio – Responsável Institucional

Francisco José Couceiro de Oliveira – Coordenador de Pesquisas

Rosana de Freitas - Coordenadora Administrativa e Financeira

Mônica Aparecida da Silva – Supervisora Administrativa e Financeira de Projetos

Sirlei Márcia de Oliveira – Supervisora Técnica de Projetos

Sergio Eduardo Arbulu Mendonça – Supervisor Técnico do Sistema PED

Lucia dos Santos Garcia – Assessora da Supervisão Técnica do Sistema PED

Joana Cabete Biava – Apoio técnico

**Equipe Regional PEDs<sup>1</sup>****Apoio**

Equipe administrativa do DIEESE

**Entidade Executora**

DIEESE

**Consultores**

Ana Flávia Machado

Fundação SEADE

**Financiamento**

Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT

Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE

---

<sup>1</sup> Outros profissionais que não foram citados se envolveram na execução das atividades previstas no plano de trabalho do projeto

**SUMÁRIO**

APRESENTAÇÃO	6
I. INTRODUÇÃO	8
II. AS ORIGENS DA PED	9
III. A METODOLOGIA DA PED	11
IV. PLANO AMOSTRAL DA PED	15
V. AS PRINCIPAIS ETAPAS DO PROCESSO DE TRABALHO DA PED	21
VI. ORGANOGRAMA DA PED	30
VII. O PROCESSO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO – A INCLUSÃO DA PED NO SISTEMA PÚBLICO DE EMPREGO	31
VIII. O SISTEMA DE PESQUISAS DE EMPREGO E DESEMPREGO NO PERÍODO RECENTE	34
IX. EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA DA PED	38
X. AS POSSIBILIDADES FUTURAS DE EXPANSÃO DO SISTEMA PED	43
ANEXO	64

## APRESENTAÇÃO

O Projeto “Consolidação do Sistema Estatístico PED e Desenho de Novos Indicadores e Levantamentos”, constituído no âmbito do Convênio MTE/SPPE/CODEFAT 092/2007 e Termos Aditivos, tem como objetivo principal consolidar o Sistema PED como base estatística do Sistema Público de Emprego. A fim de alcançar este objetivo, as atividades contempladas no projeto estão divididas em 05 grandes grupos:

- a) Fortalecimento da coordenação e articulação do Sistema PED;
- b) Investimento no desenvolvimento metodológico e o aperfeiçoamento das condições operacionais da PED;
- c) Aprimoramento do sistema de divulgação e disponibilização das informações;
- d) Desenvolvimento de novos indicadores de apoio às políticas públicas;
- e) Estímulo à expansão do Sistema PED.

Cada um destes 05 grandes grupos se desdobra em objetivos específicos que, por sua vez, agrupam atividades a serem executadas ao longo do projeto.

O presente relatório apresenta o documento **“Diretrizes e orientações para implantação e potencialização do uso de pesquisas do Sistema PED”**, produto previsto no objetivo geral “Estimular a Expansão Sustentável do Sistema PED”, acima mencionado.

A estruturação deste objetivo geral partiu da necessidade de dar respostas às demandas feitas ao DIEESE para a implantação de PEDs em vários centros urbanos. Em parte, este quadro é estimulado pelas novas possibilidades abertas pela política pública de emprego, trabalho e renda, estando fortemente relacionado à retomada do debate do poder local e das potencialidades das redes de organização econômica.

Para dar conta da produção de modelos técnica e economicamente viáveis de expansão do Sistema PED, os planos de trabalho delineados nos Convênios MTE/SPPE/CODEFAT 098/2005 E 092/2007 previram o acompanhamento minucioso e suporte técnico para a implantação da PED na Região Metropolitana de Fortaleza, a realização de pesquisas-piloto em centros urbanos do interior e o desenvolvimento de uma proposta de pesquisa permanente viável para municípios com população a partir de 300 mil habitantes.

Para tanto, o plano de trabalho Sistema PED 2008-2009, paralelamente às atividades que deram seqüência ao desenvolvimento de uma pesquisa sustentável para pólos urbanos do interior,

possibilitou a redação de um “handbook”, que tem por objetivo orientar os gestores públicos para compreenderem o esforço e custo de implantação de uma PED.

## I. INTRODUÇÃO

Este documento apresenta aos gestores públicos, trabalhadores, pesquisadores, analistas do mercado de trabalho e à sociedade brasileira, todas as etapas para realização da Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED, investigação domiciliar primária iniciada em 1984 na região metropolitana de São Paulo, através de uma parceria entre a Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados – SEADE, órgão do governo do Estado de São Paulo, e o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE, órgão nacional mantido e dirigido pelo movimento sindical dos trabalhadores.

O principal objetivo deste documento é orientar a implantação da PED em qualquer região ou município do Brasil a partir da demanda de governos estaduais e municipais, órgãos de pesquisa, comissões de emprego, trabalho e renda, entidades sindicais, universidades, ou outros atores e instituições que desejem implantá-la.

Nos capítulos seguintes serão apresentadas todas as dimensões da pesquisa: plano amostral, as diversas etapas de execução envolvendo a coleta de informações - manual e informatizada – o processamento dos dados, banco de dados e a montagem de equipe de pesquisa.

Também será resgatada a origem histórica da pesquisa, sua expansão espacial e a arquitetura institucional envolvendo diversas instituições de governo, dos trabalhadores, da academia e da sociedade em geral. Nesse caso, espera-se que a experiência histórica colabore para orientar os próximos passos de expansão dessa pesquisa.

Presente em sete regiões metropolitanas atualmente, a PED tem dois desafios prementes: expandir-se para outras regiões além das metropolitanas, notadamente os centros urbanos do interior brasileiro; aperfeiçoar seu escopo temático para subsidiar a formulação de políticas públicas de maior efetividade nas inúmeras áreas urbanas do país.

Espera-se que qualquer instituição governamental, gestor público, pesquisador, dirigente sindical ou outro representante da sociedade que acesse esse documento, possa avaliar com profundidade, ao final de sua leitura, os passos necessários para realização da PED em qualquer região brasileira.



## II. AS ORIGENS DA PED

Em 1984, foi firmado um convênio entre a Fundação SEADE e o DIEESE para implantação de uma pesquisa domiciliar sobre emprego e desemprego na região metropolitana de São Paulo. Esta parceria entre Estado e trabalhadores surgiu em decorrência do cenário que caracterizava o país no início da década de 1980, marcado pela redemocratização e pelo agravamento da crise econômica, com graves impactos sobre o mercado de trabalho do Estado de São Paulo.

A atuação conjunta do governo e sociedade civil – experiência pioneira na produção de dados no país – objetivou garantir a democratização da disseminação das informações e a produção de indicadores mais adequados para analisar a evolução do mercado de trabalho, tendo em vista subsidiar a formulação de políticas públicas nas esferas econômicas e sociais.

Naquele momento, o governo do Estado de São Paulo passou a assumir a responsabilidade de aprofundar o conhecimento dos problemas de emprego que afetavam os trabalhadores. Este compromisso foi expresso em documento conjunto da Fundação SEADE e do DIEESE, no lançamento da Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED, na Região Metropolitana de São Paulo, em maio de 1984 (FUNDAÇÃO SEADE/DIEESE, 1984):

“O Governo do Estado não pode omitir-se da responsabilidade de possibilitar um maior conhecimento da realidade social através da geração de indicadores confiáveis e apropriados. Este conhecimento é pré-condição para, de um lado, auxiliar sempre que possível na formulação de políticas estaduais mais adequadas e, de outro, aferir os efeitos da política econômica sobre os níveis de sobrevivência e da qualidade de vida da população”.

Visando cobrir esta lacuna, o Governo do Estado, através da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados – SEADE, entidade vinculada à Secretaria de Economia e Planejamento e o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE, passaram a conjugar os seus esforços para a implementação de um sistema permanente de pesquisa domiciliar sobre a situação do emprego e desemprego na região metropolitana de São Paulo (documento citado acima).

O desenho da PED partiu da análise das pesquisas domiciliares sobre emprego e desemprego, em especial as realizadas pelo Programa Regional de Emprego para América Latina e Caribe – PREALC, e das recomendações da OIT com relação às investigações sobre o mercado de trabalho em países de desenvolvimento tardio. Mais especificamente, contou com a contribuição da experiência acumulada pelo DIEESE em seus estudos e pesquisas empíricas sobre condições

econômicas e sociais que afetam a população e os trabalhadores, bem como com a capacitação técnica da Fundação SEADE enquanto organismo produtor de indicadores econômicos e sociais do Estado de São Paulo.

### III. A METODOLOGIA DA PED

A metodologia da PED baseou-se nos conceitos adotados pela Pesquisa de Padrão de Vida e Emprego – PPVE, de responsabilidade do DIEESE, realizada na região metropolitana de São Paulo entre 1981 e 1983, em especial no seu conceito de desemprego (DIEESE, 1984).

Em relação à questão de emprego e desemprego, o DIEESE já destacava a importância de:

(...) levar em consideração as particularidades históricas de cada país, uma vez que a dinâmica de seu mercado de trabalho apresenta características específicas e diferenciadas segundo se trate de países já industrializados ou de países em desenvolvimento.

(...) pode haver uma situação de desemprego mesmo quando o trabalhador, por necessidade de sobrevivência, está simultaneamente “procurando trabalho no período de referência” e “exercendo um trabalho ocasional.

(...) ampliar o período de referência para procura de trabalho (habitualmente uma semana). Nesse sentido, consegue captar aquela parcela dos trabalhadores desalentados, que, segundo critérios mais em uso, seria caracterizada como inativa quando, na realidade, se trata de um contingente desempregado (DIEESE, 1984).

Saliente-se que o avanço metodológico da PPVE com relação à classificação da condição de atividade do indivíduo no mercado de trabalho contrapunha-se aos indicadores disponíveis naquele momento que, em pleno processo de recessão econômica, não refletiam a extensão dos efeitos sociais do desemprego.

Assim, esses indicadores, ao considerarem desempregada apenas a parcela da População Economicamente Ativa – PEA na situação de desemprego aberto, não captavam outras formas de desemprego presentes num mercado de trabalho heterogêneo como o brasileiro.

A partir do aprimoramento dos conceitos desenvolvidos pela PPVE e da adequação de seus métodos operacionais à necessidade da PED em gerar informações sistemáticas, foram reformulados os instrumentos de coleta (questionários e manuais), desenhada uma nova amostra e definidos procedimentos de organização dos trabalhos de campo, visando tornar a PED ágil na execução e produção de resultados representativos dos fenômenos estudados. Além disso, procurou-se montar um sistema de pesquisa a custo reduzido, com flexibilidade suficiente para gerar um banco de dados que permitisse não só o acompanhamento conjuntural do mercado de trabalho, como também a elaboração de estudos estruturais e, até mesmo, a construção de indicadores sob outras abordagens analíticas de mercado de trabalho, inclusive segundo critérios metodológicos

adotados, naquele momento, pela Pesquisa Mensal de Emprego – PME do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

A Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED é uma investigação amostral realizada mensalmente, de modo contínuo, em domicílios de áreas urbanas para captar informações sobre a inserção no mercado de trabalho de toda a população em idade de trabalhar (PIA). Estas características fazem com que seus indicadores sejam mais abrangentes do que aqueles provenientes de pesquisas de estabelecimentos ou de registros administrativos. A PED e outras pesquisas domiciliares são, portanto, mais representativas para avaliar o desempenho do mercado de trabalho brasileiro em toda a sua diversidade.

As pesquisas de estabelecimentos, por sua própria natureza, só podem fornecer informações sobre a dinâmica do emprego, ou seja, sobre os postos de trabalho gerados ou eliminados em empreendimentos com razoável grau de capitalização e organização e que, em geral, operam nos marcos da legalidade. Embora suas informações sejam mais precisas do que as coletadas pelas pesquisas domiciliares, referem-se exclusivamente ao trabalho gerado no âmbito das empresas e das instituições públicas e privadas do setor formal. Não investigam, portanto, parcela importante de outras formas de ocupação, como o trabalho autônomo, o emprego doméstico e o trabalho familiar. De modo similar, os registros administrativos cobrem apenas a população-alvo de operações com finalidade muito específica no mundo produtivo e/ou do trabalho. Os indicadores de desemprego provenientes do seguro-desemprego, por exemplo, referem-se apenas à parcela de desempregados que tem direito a tal benefício. Os registros de licenciamento para o trabalho autônomo, por sua vez, captam tão somente a parcela daqueles que se encontram legalizados.

Já as pesquisas domiciliares, além de gerar indicadores referentes a toda a população em idade de trabalhar, possibilitam a agregação de dados individuais segundo uma ampla variedade de critérios. Podem, portanto, trazer informações sobre a força de trabalho considerando diversas situações, como, por exemplo, os arranjos familiares, que podem ser diferenciados por nível de renda, grau de instrução ou outros atributos pessoais como sexo, idade e cor de seus membros. São informações preciosas quando se pretende analisar o mercado de trabalho de uma perspectiva socioeconômica e gerar subsídios para a definição de políticas sociais.

Entre as pesquisas de tipo domiciliar, existentes no Brasil, a PED se distingue por considerar as características históricas da estrutura econômica e social do país para entender a formação e a dinâmica do mercado de trabalho nacional. Parte do reconhecimento de que, em nosso país, a industrialização se desenvolveu de forma diferenciada entre os setores e as regiões. Ao mesmo

tempo em que alguns setores cresceram e se modernizaram, aumentando sua produtividade, outros mantiveram estruturas produtivas atrasadas e de baixa produtividade.

Essa dualidade, associada à tradição das relações entre capital e trabalho e à ausência de esquemas amplos de proteção social, se refletiu no mercado de trabalho. De modo singular, tais características se expressam nas dinâmicas de geração de postos de trabalho, nos aspectos diferenciados das inserções no universo ocupacional, das formas de contratação, remuneração e tipos e qualificações de ocupações. Por seu turno, frente às desigualdades e situações adversas de trabalho e de sobrevivência que resultam deste quadro, a população economicamente ativa brasileira se comporta de forma diferente daquela presente nos mercados de trabalho estruturados e protegidos dos países desenvolvidos.

Essa realidade requer instrumental adequado para compreensão de suas características, principalmente no que diz respeito às formas alternativas de inserção produtiva e subutilização da força de trabalho. A figura 1 sintetiza as formas de inserção da população em idade ativa em mercados de trabalho heterogêneos como o brasileiro.

**FIGURA 1**  
**Fronteiras na condição de atividade em mercados de trabalho heterogêneos**



FONTE: DIEESE

Já a figura 2 sintetiza as principais condições de atividade em mercados de trabalho mais homogêneos, especialmente aqueles dos países desenvolvidos.

**FIGURA 2**  
**Fronteiras na condição de atividade em mercados de trabalho homogêneos – países desenvolvidos**



FONTE: DIEESE

A diferença entre as figuras anteriores ajuda a entender por que foi necessário desenvolver uma metodologia apropriada à realidade de mercados de trabalho de países como o Brasil. Parcela da população em idade ativa transita pelas diversas formas de inserção que se sobrepõem, como é apresentado na figura 1, diferentemente de situações de inserção mais estáveis presentes nos países desenvolvidos com mercados de trabalho mais maduros (figura 2).

Vale registrar, contudo, que nas últimas décadas os países centrais vêm apresentando características mais próximas, no mercado de trabalho, às dos países de menor desenvolvimento, com aumento da precariedade e das formas de inserção mais instáveis.

#### **IV. PLANO AMOSTRAL DA PED**

Neste item, apresentam-se os planos amostrais das regiões metropolitanas onde a PED é realizada atualmente.

O desenho do plano amostral é apresentado, inicialmente, de forma detalhada para a Região Metropolitana de São Paulo, por ter sido nela que a PED foi inicialmente implantada. A experiência ali acumulada forneceu subsídios para o planejamento das amostras das outras regiões metropolitanas para as quais a pesquisa expandiu-se.

No plano amostral explicitam-se a unidade amostral, o tamanho da amostra e como as unidades amostrais serão sorteadas. Na determinação do tamanho da amostra, consideram-se os aspectos descritos a seguir.

Todo indicador produzido a partir de pesquisas amostrais está sujeito ao erro amostral, definido em termos absolutos como a diferença entre o valor do indicador na população de interesse e a estimativa deste obtida a partir de uma amostra. Em termos relativos, o erro amostral é definido como a razão entre erro amostral absoluto e o valor do indicador na população (coeficiente de variação). Fixando-se, para o indicador de interesse, o erro amostral (relativo ou absoluto) máximo que se pretende incorrer ao se utilizar uma amostra, é possível determinar o tamanho desta. A maioria das pesquisas tem múltiplos objetivos, porém toma-se somente um indicador para determinar o tamanho da amostra. A teoria de amostragem permite estimar o erro amostral a partir de uma única amostra. Dessa maneira, é possível estimar o erro amostral para os diversos indicadores de uma pesquisa.

A estratificação da população em grupos homogêneos segundo uma variável relacionada com o indicador de interesse induz uma redução do erro amostral, possibilitando a utilização de amostras menores para se obter a mesma precisão nos indicadores.

Para efeito do desenho amostral, considerou-se, como objetivo principal da PED, a disponibilização, por meio de uma amostra domiciliar, da taxa de desemprego decomposta em seus tipos, em intervalos trimestrais móveis, fixado o erro relativo amostral máximo de 15%.

O método de sorteio das unidades amostrais (domicílios) depende das informações disponíveis para identificação destas unidades (sistema de referência). É possível sortear as unidades amostrais em uma única etapa, se houver um cadastro completo das mesmas. Não havendo tal cadastro, pode-se realizar o sorteio em duas etapas, selecionando-se, na primeira, conglomerados de unidades amostrais e, na segunda, as unidades amostrais a partir dos conglomerados escolhidos.

Cabe ressaltar que, à medida que novos sistemas de referência (novos Censos Demográficos, p. ex) se encontram disponíveis, procede-se à atualização do planejamento amostral das pesquisas, com a realização de nova seleção de conglomerados e sua substituição gradual na amostra.

## **IV.1 Plano Amostral da Região Metropolitana de São Paulo**

### **IV.1.1 População-alvo e unidade amostral**

A população-alvo é composta pelos moradores da área urbana - definida pelo IBGE- dos 39 municípios que compõem a Região Metropolitana de São Paulo, e a unidade amostral é o domicílio de uso particular.

### **IV.1.2 Sistema de referência**

Como sistema de referência, foram utilizados os setores censitários urbanos do Censo Demográfico de 2000 do IBGE, com seus respectivos domicílios de uso particular. O número de domicílios de cada setor censitário foi adotado como medida do seu tamanho. A partir do Censo Demográfico de 2010 será possível atualizar o sistema de referência de todas as pesquisas domiciliares no Brasil, inclusive a PED nas atuais regiões metropolitanas e nas futuras áreas de expansão.

### **IV.1.3 Estudo e organização do sistema de referência**

Os municípios da Região Metropolitana de São Paulo e os distritos do município de São Paulo foram agrupados em regiões homogêneas, segundo a composição percentual dos ocupados pelos setores de atividade econômica, por meio de um estudo com informações adicionais do Censo Demográfico de 2000. Foram obtidas regiões homogêneas compostas pelos distritos do município de São Paulo e pelos demais municípios da Região Metropolitana de São Paulo. Em cada região homogênea, os distritos ou municípios e os setores censitários que os compõem foram organizados de acordo com os seguintes critérios:

- os setores com muitos domicílios foram desmembrados, de modo a se controlar o número médio de domicílios por conglomerado e, dessa forma, a variabilidade dos pesos amostrais;
- ordenação dos distritos do município de São Paulo ou dos municípios da RM de São Paulo, exclusive o município de São Paulo, segundo rendimento médio do chefe da família (dado do Censo de 2000) dos distritos ou municípios;



– em cada distrito ou município, os conglomerados formados pelos setores censitários foram ordenados em forma de serpentina, segundo o rendimento médio do chefe da família do setor censitário.

#### **IV.1.4 Tamanho da amostra**

A amostra na região metropolitana de São Paulo é constituída por 3.000 unidades domiciliares mensais, sendo sorteados 15 domicílios em cada um dos 200 setores censitários também sorteados.

#### **IV.1.5 Desenho amostral**

A seleção dos domicílios é feita por uma amostragem probabilística em dois estágios. No primeiro estágio, a partir do sistema de referência, sorteiam-se 600 setores censitários (conglomerados), com probabilidade proporcional ao tamanho, por meio do sistema de pares aleatórios.

Em seguida, procede-se o arrolamento de todos os domicílios dentro dos conglomerados previamente selecionados e sorteiam-se 15 domicílios, por um processo aleatório, de modo que a probabilidade final dos domicílios de diferentes conglomerados sejam as mesmas.

Portanto, têm-se:

- 15 domicílios para cada setor censitário (conglomerado);
- 200 setores censitários no mês e 600 no trimestre.

#### **IV.1.6 Amostras mensais**

Dada a periodicidade mensal dos levantamentos, os 600 conglomerados, que totalizam 9.000 domicílios, foram divididos em três painéis distintos de 200 conglomerados cada, rotulados de A, B e C.

Para os três primeiros meses da pesquisa, são levantadas as informações dos painéis A, B e C, respectivamente (Figura 3). Para os meses 4, 7 e 10 são utilizados os setores censitários do painel A, mas com sorteio de novas unidades domiciliares. As unidades domiciliares dos meses 5, 8 e 11 são obtidas do painel B, e as dos meses 6, 9 e 12, do C. Desse modo, levantam-se, a cada mês, amostras independentes, ao mesmo tempo em que se aproveita melhor os custos despendidos no processo de listagem dos setores censitários.

**FIGURA 3**

**Amostra por painel**

Meses	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Painéis	A	B	C	A	B	C	A	B	C	A	B	C
Base para cálculo dos indicadores	trim. 1											
		trim. 2										
			trim. 3									
				trim. 4								
					trim. 5							
						trim. 6						
							trim. 7					
								trim. 8				
									trim. 9			
										trim. 10		

#### IV.1.7 Estimação

Apesar da periodicidade mensal dos levantamentos, o cálculo dos indicadores é realizado com os dados acumulados no trimestre, para garantir a precisão desejada. Desse modo, os indicadores são produzidos com as informações de trimestres móveis, que incluem sempre os três painéis, possibilitando o acompanhamento da conjuntura trimestral todos os meses (Figura 3).

Como as amostras são independentes, as informações de vários meses podem ser acumuladas para produzir indicadores mais precisos e análises mais estruturais, principalmente quando o fenômeno em estudo é pouco comum.

Pelo fato de a amostra ser autoponderada, as fórmulas desprezam os pesos amostrais, simplificando os cálculos. Devido ao plano amostral, todos os indicadores são estimadores-razão, que podem ser expressos pela fórmula desenvolvida a seguir:

$$r = \frac{\sum_{\alpha=1}^a y_{\alpha}}{\sum_{\alpha=1}^a x_{\alpha}} = \frac{y}{x}, \text{ onde:}$$

r: taxa de desemprego;

a: número de setores censitários pesquisados;

$y_\alpha$ : número de desempregados no  $\alpha$ -ésimo setor censitário;

$x_\alpha$ : número de indivíduos da População Economicamente Ativa (PEA) no  $\alpha$ -ésimo setor censitário;

y: total de desempregados da PEA e

x: total de indivíduos da PEA na amostra.

A variância de r pode ser calculada pela seguinte fórmula:

$$\begin{aligned} \text{Var}(r) &= \frac{1-f}{x^2} a [s_y^2 + r^2 s_x^2 - 2rs_{yx}] = \\ &= \frac{1-f}{x^2} \frac{a}{a-1} \left[ \left( \sum_{\alpha=1}^a y_\alpha^2 - \frac{y^2}{a} \right) + r^2 \left( \sum_{\alpha=1}^a x_\alpha^2 - \frac{x^2}{a} \right) - 2r \left( \sum_{\alpha=1}^a x_\alpha y_\alpha - \frac{xy}{a} \right) \right], \text{ onde:} \end{aligned}$$

f: fração amostral.

#### IV.1.8 Amostra e divulgação dos dados

No planejamento da amostra estabeleceu-se a precisão desejada para alguns indicadores, principalmente para a taxa de desemprego total, garantindo, assim, a confiabilidade dos resultados. Estende-se a mesma confiabilidade para todos os demais indicadores divulgados, quer em estudos conjunturais ou estruturais. Para tanto, apresentam-se apenas os indicadores que possuem um coeficiente de variação de no máximo 7,5%.

Por exemplo, para o tempo despendido na procura de trabalho pelos desempregados no trimestre janeiro, fevereiro e março de 1991, observou-se uma média de 17 semanas e um coeficiente de variação de 3,5%. Esses dados podem ser interpretados da seguinte forma: para 100 amostras retiradas da mesma população, em 95 delas a média do tempo de procura estará no intervalo definido por  $[17 - 1.96 * (17 * 0.035); 17 + 1.96 * (17 * 0.035)]$  ou seja  $[15,8 ; 18,2]$ .

#### IV.1.9 Dimensionamento das amostras nas demais Regiões Metropolitanas

A PED expandiu-se para as regiões metropolitanas de Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador e para o Distrito Federal e, a partir de janeiro de 1998, é possível ter informações para todas as regiões mencionadas, apesar de cada uma apresentar datas distintas de início da pesquisa.

Em outubro de 2008, teve início a PED na Região Metropolitana de Fortaleza. Como os planos amostrais adotados são bastante semelhantes ao utilizado em São Paulo, apresenta-se, a seguir, um resumo dos principais aspectos dos planos amostrais adotados pela PED nas regiões onde é realizada.

No momento de implantação da pesquisa em cada região, determinou-se o tamanho mínimo de amostra para garantir indicadores com a precisão desejada. Tal como é feito na região metropolitana de São Paulo, nas demais regiões metropolitanas também se utiliza amostragem em dois estágios, dimensionando-se o número de unidades primárias de sorteio (conglomerados, em geral coincidentes com setores censitários) e o de unidades secundárias, ou seja, domicílios. A Tabela 1 apresenta o tamanho esperado de amostra total (a ser levantado em três meses), o número de conglomerados total e o pesquisado por mês e o número médio de domicílios pesquisado por mês em cada conglomerado, para cada uma das regiões pesquisadas.

**TABELA 1**

**Tamanho esperado de amostra trimestral e mensal, número de conglomerados total e pesquisado por mês e número médio de domicílios pesquisado em cada conglomerado, por mês, por região de pesquisa**

Regiões	Número esperado de domicílios por trimestre	Número esperado de domicílios por mês	Número de conglomerados pesquisados por trimestre	Número de conglomerados pesquisados por mês	Número médio de domicílios pesquisados por conglomerado, por mês
Belo Horizonte	7.600	2.530	474	158	16,0
Fortaleza	7.500	2.500	444	148	17,0
Porto Alegre	8.100	2.700	501	167	16,2
Recife	6.900	2.300	396	132	17,4
Salvador	7.500	2.500	381	127	19,1
São Paulo <sup>2</sup>	10.380	3.460	655	218	15,9
Distrito Federal	7.600	2.530	333	333	7,6

Nota: Conglomerados, em geral, são coincidentes com setores censitários.

<sup>2</sup> Em São Paulo, a amostra original teve um crescimento de 460 domicílios para permitir a desagregação de informações para a região do ABC paulista.

## **V. AS PRINCIPAIS ETAPAS DO PROCESSO DE TRABALHO DA PED**

### **V.1 Coleta de dados**

#### **V.1.1 Procedimentos básicos da coleta de dados**

Os procedimentos de coleta de dados alicerçados na montagem de uma estrutura setORIZADA – técnica e funcional – são definidos de forma a garantir simultaneamente a agilidade na captação de dados e a adequada aplicação do questionário.

A agilidade constitui requisito fundamental na medida em que, como já salientado anteriormente, a PED é uma pesquisa com periodicidade mensal e com exigência de responder a um nível de aproveitamento (número de domicílios pesquisados) da amostra definida a priori.

A correta aplicação do questionário é a garantia da utilização dos conceitos e critérios definidos pela PED, para assim responder aos seus propósitos analíticos de mercado de trabalho.

O cumprimento dessas exigências é mantido por meio de um sistema específico de controle que perpassa todas as atividades desenvolvidas no âmbito da pesquisa de campo, que embora setORIZADAS por especialização funcional, são inter-relacionadas e encadeadas num processo interno de trabalho, bem como através do apoio de um núcleo de metodologia que contribui para a solução de questões específicas que emergem no decorrer da pesquisa e faz a reciclagem metodológica das equipes de campo, quando necessário. Os trabalhos de campo contam também com a equipe de estatística, que se encarrega da solução de problemas oriundos da composição das amostras mensais.

Os procedimentos de coleta são seguidos por todas as PEDs. Em algumas regiões, parte das atividades de campo é terceirizada. Nesses casos, são adotados mecanismos de controle sobre os trabalhos terceirizados por parte das instituições executoras, a fim de garantir a mesma qualidade e agilidade na produção dos dados.

Antecedendo a operação sistemática da coleta da pesquisa, é realizada, durante alguns meses, uma pesquisa-piloto para testar todos os procedimentos operacionais adotados, envolvendo: dimensionamento, treinamento e organização das equipes, fluxograma das atividades de coleta, crítica, checagem, consistência eletrônica dos dados, processamento dos indicadores, etc. Seu

objetivo é garantir que a PED, uma vez implantada, não sofra interrupções e tenha previamente detectados e eliminados os erros passíveis de previsão, reduzindo assim a um mínimo a necessidade de alterações posteriores.

A duração da pesquisa-piloto é planejada para três meses, mas pode se estender por um prazo maior, dependendo das dificuldades detectadas em campo. Esta pesquisa abarca uma amostra inicialmente pequena, que é ampliada mês a mês, até se alcançar a amostra plena, quando tem então início a pesquisa PED propriamente dita na sua forma sistemática. Os dados gerados durante a pesquisa-piloto não são divulgados por se tratar de uma fase de testes e também devido, em algumas regiões, ao tamanho reduzido da amostra.

A coleta sistemática de dados da PED ocorre imediatamente após o término da pesquisa-piloto, devendo cobrir a amostra mensal dos domicílios a serem pesquisados na área em estudo. Esta coleta deve ser completada ao final de cada mês-calendário, quando são iniciados os trabalhos preparatórios da coleta da amostra mensal subsequente.

A fase de execução operacional da PED compreende o planejamento das atividades mensais de campo e o levantamento das informações nos domicílios que compõem a amostra selecionada.

O planejamento das atividades de campo tem por finalidade garantir o cumprimento, no mês da coleta, da amostra mensal e a qualidade dos trabalhos de todas as equipes envolvidas na captação dos dados. Esta atividade consiste em organização dos trabalhos de cada setor de campo, regionalização da amostra mensal e sua distribuição para as equipes de supervisores, que têm a responsabilidade de redistribuir os lotes de domicílios aos entrevistadores, segundo a produtividade individual. Para o estabelecimento de metas e prazos para a execução dos trabalhos mensais de campo, é feita uma avaliação do desempenho dos meses anteriores e são reforçadas as instruções a todas as equipes sobre problemas específicos de captação, sempre que estes sejam detectados.

O cumprimento do planejamento mensal proposto é feito por meio de um sistema de controle das atividades de campo que permite acompanhar, diariamente, o fluxo de saída e entrada de questionários, o aproveitamento da amostra e, até mesmo, aspectos de ordem mais qualitativa, como, por exemplo, as falhas mais frequentes ocorridas na crítica e checagem dos questionários, no mês de referência.

A etapa de levantamento das informações compreende a aplicação do questionário nos domicílios sorteados e na supervisão, crítica e checagem dos dados coletados. Essas atividades são realizadas de forma simultânea no decorrer da coleta de dados, por equipes funcionalmente

especializadas que trabalham de forma interativa, para possibilitar o controle da qualidade do processo de levantamento das informações, no próprio momento de sua execução.

A seguir são detalhadas as etapas que envolvem o levantamento das informações.

## **V.1.2 Levantamento das informações**

### **V.1.2.1 Realização da entrevista**

O questionário da PED é aplicado a todos os moradores dos domicílios sorteados. Aqueles com dez anos e mais, tendo em vista as informações que lhes são solicitadas, são entrevistados pessoalmente, ressaltando-se os casos das pessoas que, por razões diversas, após duas tentativas não possam ser contatadas. Nestas situações, numa terceira visita ao domicílio, o entrevistador utiliza o recurso da entrevista indireta, ou seja, coleta as informações sobre essas pessoas ausentes com algum outro membro da família/domicílio, desde que este tenha condições de fornecer as informações requeridas com a maior precisão possível.

O entrevistador é previamente treinado para aplicar o questionário da PED seguindo todas as instruções contidas no Manual do Entrevistador, o qual é sistematicamente consultado para evitar incorreções na captação das informações.

Para facilitar e garantir a correta localização do domicílio a ser pesquisado, é fornecida ao entrevistador uma listagem dos domicílios correspondentes à sua cota do mês, com mapas detalhados e especificações sobre pontos de referência, ruas próximas mais conhecidas, etc. A localização correta do domicílio é de fundamental importância para garantir que sejam pesquisados aqueles efetivamente sorteados, evitando possíveis desvios na amostra programada.

O trabalho do entrevistador é orientado e controlado por um supervisor, o qual esclarece dúvidas e dificuldades na aplicação do questionário e garante o cumprimento das metas programadas da coleta de dados.

### **V.1.2.2 Supervisão da coleta de dados**

Esta atividade tem como finalidade assegurar a qualidade da produção de dados no momento da coleta, pelo acompanhamento direto de sua execução e pela solução de problemas detectados nas visitas ao domicílio. Nesse sentido, o supervisor não só realiza uma crítica preliminar dos dados de cada questionário, como também acompanha e orienta o trabalho da sua equipe. Esta supervisão é realizada com base nos procedimentos que constam no Manual do Entrevistador e no Manual de Procedimentos do Supervisor, envolvendo: verificação do agendamento de visitas em horários e dias diferenciados; adequada compreensão dos conceitos e do questionário, por parte do entrevistador; dificuldades na abordagem do entrevistado, bem como na formulação das questões constantes do instrumento de coleta.

A PED conta com várias equipes de entrevistadores coordenadas por um supervisor, compostas, cada uma delas, por até cinco entrevistadores. Dessa forma, o supervisor pode acompanhar mais diretamente o desempenho de cada entrevistador de sua equipe ao longo do mês. Faz igualmente parte de suas funções acompanhar os entrevistadores nas situações em que estes encontrem dificuldades em contatar os moradores, como, por exemplo, os que residem em condomínios ou, até mesmo, em prédios de apartamentos.

Os questionários relativos aos domicílios pesquisados são encaminhados de forma contínua à equipe de crítica, à medida que são aprovados pelo supervisor. A liberação dos questionários deve ser feita com rapidez suficiente para garantir um ritmo de trabalho das fases posteriores à aplicação do questionário, ou seja, sem prejuízo do cumprimento de prazos e da qualidade dos trabalhos de crítica e checagem.



### **V.1.2.3 Crítica de questionários**

Esta atividade é realizada por uma equipe interna que se orienta por instruções e procedimentos explícitos no Manual de Crítica<sup>3</sup>. A equipe de crítica examina cada um dos questionários, verificando: se a aplicação das questões obedeceu aos comandos previstos; se as alternativas de resposta foram corretamente codificadas; e se as observações descritas, nos casos das questões em que este procedimento é solicitado, estão coerentes com a alternativa de resposta assinalada. Este trabalho é completado por meio de um processo interativo com os supervisores de campo para possíveis esclarecimentos e que também prevê, quando necessário, retorno do entrevistador ao domicílio para solução de problemas detectados.

Cerca de 30% do material criticado e aprovado é selecionado para checagem.

### **V.1.2.4 Checagem de questionários**

Uma equipe de checagem verifica diretamente no campo a qualidade dos trabalhos realizados pelos entrevistadores, confirmando desde a correta localização do domicílio pesquisado, a forma de apresentação da pesquisa para os entrevistados até a aplicação do questionário (por exemplo, número de indivíduos arrolados, número de visitas, situação ocupacional)<sup>4</sup>. Esta atividade visa avaliar, por amostragem, o trabalho de coleta realizado e, eventualmente, corrigir informações captadas pelo entrevistador.

O material checado, depois de novamente avaliado pela equipe de crítica e esclarecidas eventuais dúvidas, é enviado para digitação e posterior consistência eletrônica dos dados.

O Fluxograma apresentado a seguir detalha a seqüência e a interação das atividades desenvolvidas para a execução sistemática da PED, desde a listagem e sorteio da amostra mensal, as atividades de coleta propriamente dita até o processamento dos dados e a divulgação mensal dos resultados (Figura 3).

---

<sup>3</sup> Para maiores esclarecimentos ver: Manual de Crítica (FUNDAÇÃO SEADE/DIEESE).

<sup>4</sup> Para maiores esclarecimentos ver: Manual de Checagem (Fundação SEADE/DIEESE).

### V.1.3 Informatização da coleta de dados

A implantação da coleta eletrônica propiciou uma modernização do campo da PED na Região Metropolitana de São Paulo, especialmente no que diz respeito aos métodos de trabalho. Além da coleta em campo via pocket, esse novo incremento tecnológico indicou a necessidade de se integrar o processo eletrônico de coleta com as atividades desenvolvidas pelas equipes de supervisão, checagem e crítica, de forma a garantir a manutenção do processo original dos trabalhos de campo e, com isso, não provocar nenhuma mudança de procedimentos que configurasse uma descontinuidade da série histórica da pesquisa.

O desenvolvimento, adaptação e implantação da coleta de dados eletrônica ocorreram entre 2002 e 2005, sendo finalmente concluído em 2006.

Os pressupostos que orientaram esse desenvolvimento basearam-se, de modo geral, na transferência do questionário impresso para o computador de mão, de forma a causar o menor impacto possível na operacionalização dos conceitos da PED. Ou seja, a entrevista realizada via pocket atendeu a princípios básicos de aplicação em formulário impresso, tais como: manutenção da estrutura da entrevista, seguindo o esquema básico do questionário; condução da entrevista individual conforme o fluxo das questões para definição da condição de atividade dos entrevistados com dez anos e mais; e preservação da transcrição das respostas obtidas em algumas questões, inclusive das descrições de ocupação e setor de atividade da empresa para codificação satisfatória.

Assim, foram preservados os aspectos relacionados à formatação e diagramação originais para minimizar o impacto desse novo instrumento no trabalho do entrevistador nos resultados da pesquisa.

Para possibilitar avaliação da coleta eletrônica dos dados, foi realizada uma pesquisa-piloto nos sete municípios que compõem a região do ABC por três meses, de tal modo que se pudesse comparar esta nova forma de coleta com a anterior.

O planejamento adotado para a pesquisa-piloto permitiu aproximar essa etapa de testes da pesquisa mensal, gerando um melhor padrão de comparabilidade e permitindo identificar as diferenças proporcionadas pelo uso da nova tecnologia, que poderiam se refletir no desempenho tanto quantitativo como qualitativo da pesquisa.

Para a incorporação do novo sistema de controle de qualidade, foi necessária também uma revisão dos procedimentos de supervisão, crítica, checagem e consistência, pois, com a implementação de uma nova tecnologia de informática, as rotinas de trabalho de campo precisaram

também ser avaliadas. Nesse sentido, vale destacar que os princípios básicos de cada função foram preservados.

O cronograma de implantação da coleta eletrônica da amostra plena da PED, na Região Metropolitana de São Paulo, estabeleceu o desenvolvimento de ações articuladas visando: aumento progressivo da amostra mensal de domicílios coletados via pocket; capacitação gradual da equipe de pesquisadores; e incorporação dos supervisores e críticos na utilização do sistema de controle informatizado para execução de suas funções específicas. Cabe lembrar que cada novo elemento desta implantação estava condicionado ao sucesso dos procedimentos anteriores, ou seja, foram avaliadas mês a mês as novas inserções de membros da equipe e aumento da amostra.

A implantação da coleta informatizada constituiu uma nova etapa na história da pesquisa e propiciou uma modernização do campo da PED na Região Metropolitana de São Paulo, reiterando o compromisso de continuar o desenvolvimento de novos processos que objetivam o aprimoramento da eficiência operacional e técnica das áreas de campo, o que possibilitou a produção dos dados em intervalos menores de tempo, tornando assim mais ágil a disseminação de seus resultados mensais.

Finalmente, vale destacar que este novo incremento tecnológico será paulatinamente implantado também nas demais regiões metropolitanas que compõem a PED.

## **V.2 Processamento dos dados**

### **V.2.1 Consistência eletrônica dos dados**

Após a crítica qualitativa e a checagem dos questionários, realiza-se a consistência eletrônica dos dados, que tem como objetivo detectar e corrigir erros ou possíveis incoerências na aplicação do questionário, não identificadas nos procedimentos anteriores. Para tanto, foram desenvolvidos diversos softwares, com o intuito de analisar todas as respostas das variáveis que compõem o questionário e identificar possíveis incoerências. Esta atividade é desenvolvida de forma coordenada e simultânea à coleta dos dados – por meio eletrônico e impresso. Assim, as eventuais incoerências não são corrigidas automaticamente, mas uma equipe de analistas verifica todos os questionários com problemas, corrigindo os erros e retornando as inconsistências às equipes de campo para as devidas providências e correções.

### **V.3 Banco de dados e indicadores**

Todas as respostas às questões do questionário da PED são codificadas numericamente, o que permite que todas as informações captadas sejam digitadas eletronicamente, gerando um arquivo com estrutura fixa que pode ser acessado pelos principais softwares. Além das informações captadas diretamente pelo questionário, o banco de dados inclui indicadores gerados posteriormente, como a condição de atividade das pessoas e a posição na ocupação, bem como informações familiares, entre as quais o rendimento familiar total e o número de membros da família. Após a consistência eletrônica, o arquivo de dados de cada mês, em formato txt, é agregado a uma base de dados estruturada em Statistical Package for the Social Sciences – SPSS, pacote também utilizado para o processamento dos dados. Os dados referentes à PED são disponibilizados em bases anuais, em formato txt ou sav, para serem utilizados no SPSS.

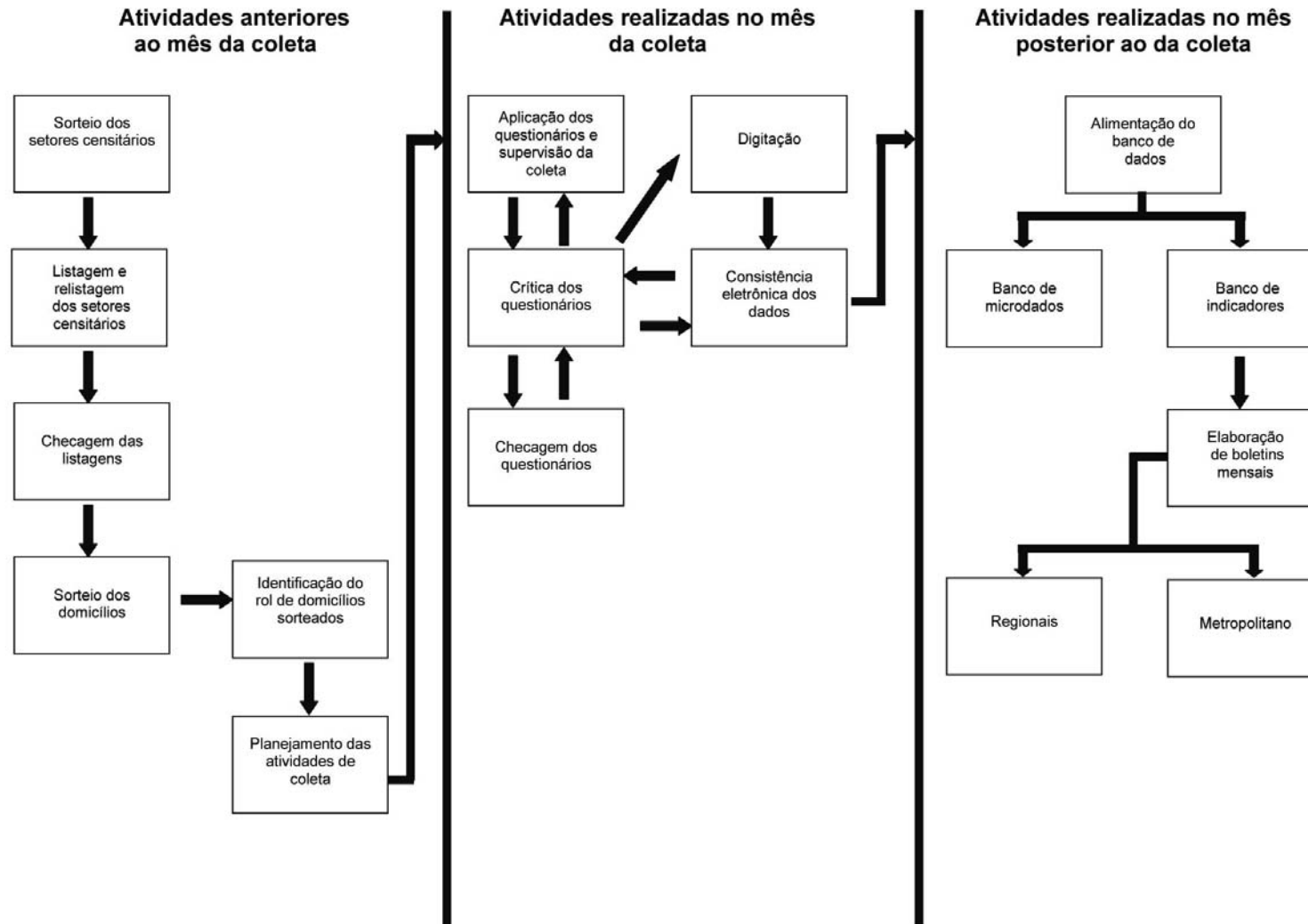
Está também disponibilizada uma base metropolitana com os microdados da Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED, reunindo os dados referentes à População em Idade Ativa das regiões metropolitanas de Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador e São Paulo e no Distrito Federal. A base metropolitana é formada pelas bases regionais padronizadas entre si e possibilita o processamento simultâneo de informações regionais e dos totais metropolitanos.

### **V.4 Fluxograma de atividades**

O fluxograma de atividades a seguir (figura 4) sintetiza todas as etapas de realização da pesquisa, incluindo as atividades prévias de planejamento da coleta (listagem de setores e domicílios) e de divulgação dos boletins regionais e dos boletins da síntese metropolitana.

**FIGURA 4**

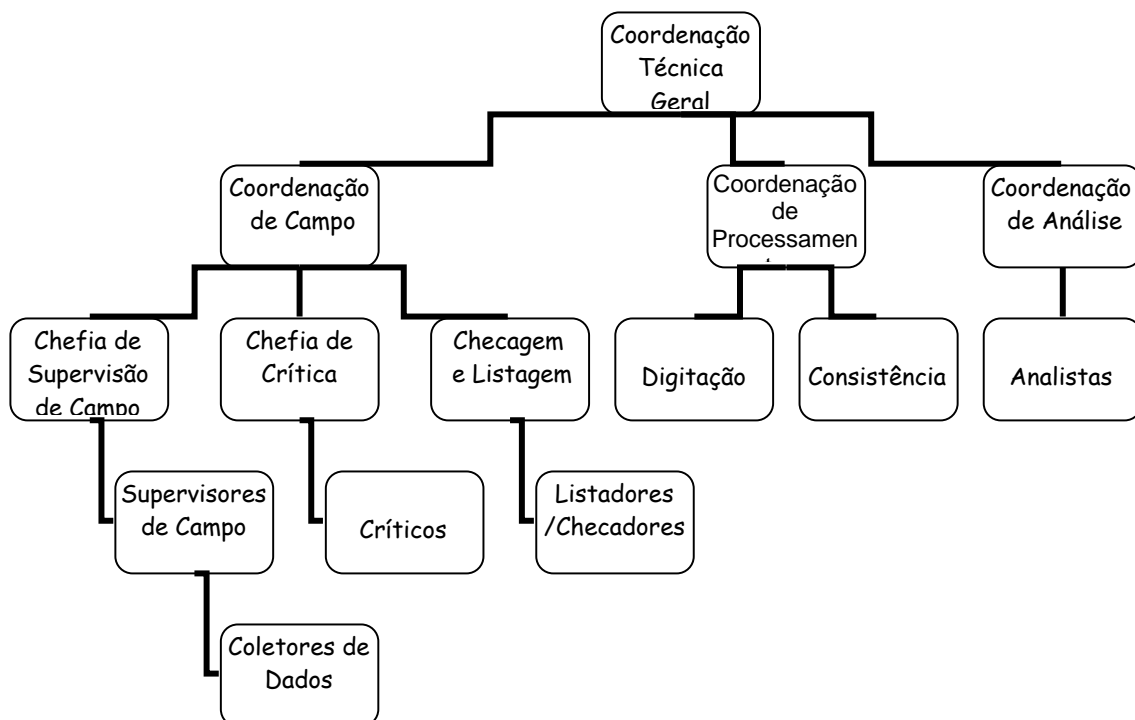
**Fluxograma da produção mensal de dados da PED**



## VI. ORGANOGRAMA DA PED

Para a organização das equipes de trabalho da PED, como já referido anteriormente, constituem-se grupos de trabalho funcionalmente especializados em tarefas/etapas de execução das atividades de campo. Além disso, desenha-se um fluxo das atividades que torne possível a interação entre a supervisão de coleta, a crítica e checagem dos dados coletados. Este padrão de execução vigente nas áreas metropolitanas em que a PED é realizada, associado ao dimensionamento de campo de, no mínimo, 2.300 domicílios entrevistados mensalmente em cada região, tem resultado em uma estrutura de pessoal, que, com poucas variações, pode ser esquematizada seguindo o organograma apresentado a seguir (figura 5). Vale registrar que os requisitos objetivos do processo de pesquisa, tais como metas de qualidade, especialização das tarefas e volume de entrevistas mensalmente realizadas, implicam num dimensionamento de equipes de campo e análise que, invariavelmente, chegam a 50 profissionais.

**FIGURA 5**  
**Organograma da PED**



Fonte: DIEESE

## **VII. O PROCESSO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO – A INCLUSÃO DA PED NO SISTEMA PÚBLICO DE EMPREGO**

No final de 1993, a adequação deste modelo de pesquisa de emprego e desemprego foi reconhecida pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador – CODEFAT, que resolveu financiar pesquisas de emprego e desemprego no Distrito Federal e nas regiões metropolitanas que utilizassem a metodologia da Fundação SEADE e do DIEESE.

As Resoluções nº 54 e 55, de 14 de dezembro de 1993, do CODEFAT, consubstanciaram este reconhecimento:

Resolução nº 54, Artigo 1º, item III: Recomenda, à Secretaria de Políticas de Emprego e Salário, a adoção de urgentes providências com a finalidade de que: - sejam contratadas a Fundação SEADE de São Paulo e o DIEESE Nacional, detentores solidários da metodologia da Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED, respeitadas as particularidades de cada entidade no âmbito da realização e difusão da PED, suas relações institucionais, técnicas e operacionais, para, em conformidade com o inciso XIII do art. 24 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, prestarem serviço, respectivamente, de:

a) Fundação SEADE:

a.1 - assessoramento técnico especializado junto às entidades e órgãos conveniados, nas diversas localidades da Federação, para a realização da Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED;

a.2 - sistematização dos resultados obtidos pela realização da Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED, nas diferentes regiões em que esteja sendo executada, constituindo e administrando Banco de Dados que incorpore, inclusive, informações para o Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT;

a.3 - geração, a partir dos resultados alcançados pelas atividades indicadas nos itens a.1 e a.2, de boletim mensal consolidado, que merecerá ampla divulgação.

b) DIEESE Nacional:

b.1 - prestação de serviços de assessoramento técnico complementar ao desenvolvimento das atividades definidas no item a.1;

b.2 - suporte à execução da Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED, a partir da capacitação técnico-operacional disponível em suas unidades regionais;

b.3 - associação às atividades da Fundação SEADE, relacionadas à implantação do Banco de Dados indicado no item a.2, e à edição do Boletim mensal de que trata o item a.3.

c) Fundação SEADE e DIEESE Nacional:

c.1 - emissão conjunta de atestados comprobatórios da efetiva correção da aplicação da Metodologia SEADE/DIEESE, bem como da adequada execução da Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED, em suas diferentes etapas, pelos Órgãos executores.

Resolução nº 55, Artigo 1º, item 4.1: Serão financiadas Pesquisas de Emprego e Desemprego - PED nos Estados que possuam Regiões Metropolitanas e no Distrito Federal, desde que aplicada a metodologia da Fundação SEADE/DIEESE, observando-se a consistência do projeto e a contrapartida estadual.

Com essas duas resoluções, a realização das PEDs regionais passou a contar com recursos financeiros do FAT para execução parcial do campo. Contemplou-se também o papel de coordenação da Fundação SEADE e do DIEESE, para garantir a qualidade e o cumprimento de todos os procedimentos metodológicos, operacionais e de análise dos produtos de disseminação. Para tanto, a Fundação SEADE e o DIEESE passaram a firmar convênios de cooperação técnica com cada um dos parceiros regionais.

O apoio financeiro e o reconhecimento institucional da PED como parte integrante do Sistema Público de Emprego, por parte do CODEFAT e do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, consolidaram um novo sistema de produção estatística.

A arquitetura institucional foi se construindo aos poucos, até chegar ao que hoje se denomina Sistema PED, definindo-se como condição para a integração a este sistema, o uso da metodologia da PED e de todos os procedimentos operacionais necessários para garantir sua adequada aplicação por parte das entidades parceiras, envolvendo além da Fundação SEADE e do DIEESE, o Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, o Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador – CODEFAT, o Sistema Nacional de Emprego – SINE, governos estaduais por meio de Secretarias específicas (do Trabalho, da Ação Social, do Desenvolvimento, do Planejamento) e, em alguns casos, prefeituras municipais, além das entidades contratadas para execução da pesquisa em diferentes regiões.



A criação desse sistema reforçou o acompanhamento da evolução dos principais mercados de trabalho metropolitanos do país, propiciando o levantamento de informações de interesses de políticas públicas locais, sem comprometer o núcleo básico da pesquisa e a organização e produção de indicadores. Além disso, foi possível a criação de uma política de ampla disponibilização dos resultados e de acesso aos microdados.

A partir do Convênio MTE/SPPE/CODEFAT no. 098/2005 com o DIEESE, iniciou-se uma outra fase de cooperação técnica, por meio da qual se propõe um conjunto de ações que visam o aperfeiçoamento do sistema PED, a serem desenvolvidas com apoio do MTE e que vem promovendo este complexo estatístico a um novo patamar de organização.

O fortalecimento e a legitimação do sistema PED, sua articulação institucional e gestão consolidaram-se, finalmente, em 2007, por meio da Resolução nº 530, do CODEFAT, de 09 de abril, que criou um comitê gestor multipartite de apoio à execução da PED e à geração e disseminação de novos indicadores, para subsidiar políticas e ações do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda – SPETR.

## VIII. O SISTEMA DE PESQUISAS DE EMPREGO E DESEMPREGO NO PERÍODO RECENTE

Como foi dito anteriormente, a realização mensal da PED foi iniciada na região metropolitana de São Paulo em 1984 e, desde então, seus indicadores de mercado de trabalho vêm sendo divulgados de forma sistemática. Em pouco tempo, a larga utilização dos resultados apurados pela pesquisa promoveu o reconhecimento da PED como importante fonte de dados sobre o mercado de trabalho. Este reconhecimento extrapolou os limites regionais e estimulou a reprodução da experiência paulista em outros estados da Federação.

Foi deste modo, a partir da solicitação dos governos estaduais, que se desencadeou o processo de expansão da pesquisa para um importante conjunto de áreas metropolitanas. Com isso, o Sistema PED se consolidou, cresceu e passou a constituir um complexo estatístico especializado no acompanhamento de importantes mercados de trabalho urbanos por meio de sete pesquisas regionais: nas regiões metropolitanas de Belo Horizonte, Fortaleza, Porto Alegre, Recife, Salvador e São Paulo e no Distrito Federal (Quadro I).

Em São Paulo, a Fundação SEADE é responsável pela execução direta da PED. No Distrito Federal, a pesquisa foi iniciada em 1992, por meio de parceira com a CODEPLAN – Companhia do Desenvolvimento do Planalto Central a Secretaria do Trabalho à época. Também neste mesmo ano, o levantamento começou a ser realizado na Região Metropolitana de Porto Alegre, junto com a Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser – FEE, em convênio com a Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social/Sistema Nacional de Emprego – FGTAS/SINE/RS. Em 1995, a PED foi implementada na Região Metropolitana de Belo Horizonte sob a responsabilidade da Fundação João Pinheiro - FJP e do Sistema Nacional de Emprego – SINE/MG. Já em Salvador, a pesquisa é realizada de forma contínua desde outubro de 1996, pela SEI - Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, em parceria com a Universidade Federal da Bahia, através de convênio com a SETRAS/BA – Secretaria de Trabalho e Assistência Social. Em Recife, desde o início da pesquisa em 1998, a execução da PED ficou a cargo do DIEESE, por meio de convênio firmado entre a Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Social de Pernambuco e o Sistema Nacional de Emprego - SINE/PE. A partir de 2008, a PED, na região metropolitana do Recife, deixou de ser realizada pelo DIEESE diretamente e passou a ser

executada em convênio com a agência CONDEPE/FIDEM, do governo pernambucano, que assumiu a gestão da equipe local.

Em 2008, o sistema expandiu-se para a região metropolitana de Fortaleza e a PED passou a ser realizada naquela região em parceria com o Instituto de Desenvolvimento do Trabalho – IDT.

Além da potencialidade de expansão e da ampla cobertura nacional, merece destaque também o vigor do sistema, que já conta com cinco experiências regionais com mais de dez anos e uma complexa estrutura institucional, envolvendo mais de uma dezena de entidades locais. Para assegurar a adequada aplicação da metodologia e da qualidade dos resultados, o DIEESE e a Fundação SEADE garantem assessoria técnica e acompanhamento de campo nas áreas cobertas pela PED. Como consequência, o DIEESE e a Fundação SEADE têm acompanhado, de forma permanente, a execução da pesquisa nas regiões metropolitanas citadas por meio de convênio com parceiros locais.

### QUADRO 1

#### O SISTEMA PED: PESQUISA DE EMPREGO E DESEMPREGO EM SETE REGIÕES METROPOLITANAS

Itens	Belo Horizonte	Brasília	Fortaleza	Porto Alegre	Recife	Salvador	São Paulo
<b>Parceria</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Fundação SEADE</li> <li>DIEESE</li> <li>MTE/FAT</li> <li>Fundação João Pinheiro – FJP</li> <li>Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social de Minas Gerais – SEDESE/MG</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Fundação SEADE</li> <li>DIEESE</li> <li>MTE/FAT</li> <li>Secretaria de Estado do Trabalho do Distrito Federal – SETRAB/DF</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Fundação SEADE</li> <li>DIEESE</li> <li>MTE/FAT</li> <li>Instituto do Desenvolvimento do Trabalho - IDT</li> <li>Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social do Estado do Ceará – STDS/CE</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Fundação SEADE</li> <li>DIEESE</li> <li>MTE/FAT</li> <li>Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser - FEE</li> <li>Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social - FGTAS</li> <li>Prefeitura do Município de Porto Alegre (PMPA)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Fundação SEADE</li> <li>DIEESE</li> <li>MTE/FAT</li> <li>Condepe/Fidem – Agência Estadual de Planejamento e Pesquisa de Pernambuco</li> <li>Secretaria Especial da Juventude e Emprego de Pernambuco – SEJE/PE</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Fundação SEADE</li> <li>DIEESE</li> <li>MTE/FAT</li> <li>Superintendência de Estudos Econômicos da Bahia - SEI</li> <li>Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte da Bahia – SETRES.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Fundação SEADE</li> <li>DIEESE</li> <li>MTE/FAT</li> <li>Secretaria de Economia e Planejamento de São Paulo – SEP/SP</li> <li>Secretaria de Emprego e Relações de Trabalho de São Paulo – SERT/SP</li> </ul>
<b>Implantação</b>	Agosto de 1994.	Dezembro de 1991	Junho de 2008	Janeiro de 1992	Abril de 1997	Outubro de 1996	Mai de 1984
<b>Início da Divulgação</b>	Janeiro de 1996	Fevereiro de 1992	Janeiro de 2009	Junho de 1992 - RMPA Janeiro de 2000 – Município de Porto Alegre	Março de 1998 – RMR	Fevereiro de 1997	Janeiro de 1985 – RMSP Janeiro de 1999 – Região do ABC Paulista, composta por sete municípios
<b>Abrangência</b>	Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), composta por 24 municípios.	Distrito Federal, composto por 19 regiões administrativas.	Região Metropolitana de Fortaleza (RMF), composta por 13 municípios.	Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA), composta por 24 municípios	Região Metropolitana do Recife (RMR), composta por 14 municípios.	Região Metropolitana de Salvador (RMS), composta por 10 municípios.	Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), composta por 39 municípios.
<b>Amostra/ Composição</b>	7.600 domicílios, sendo investigados 2.530 domicílios/mês.	7600 domicílios, sendo investigados 2.530 domicílios/mês.	7.500 domicílios, sendo investigados 2.500 domicílios/mês.	8.100 domicílios, sendo investigados 2.700 Domicílios/mês.	6.900 domicílios, sendo investigados 2.300 domicílios/mês.	7.500 domicílios, sendo investigados 2.500 domicílios/mês.	10.380 domicílios, sendo investigados 3.460 domicílios/mês.

No período recente, em um contexto de acelerada municipalização de políticas sociais e crescente debate acerca das potencialidades do poder local face à realidade urbana, alguns municípios de áreas metropolitanas já estudadas passaram também a contar com um acompanhamento sistemático de sua situação. São eles: na Região Metropolitana de São Paulo, o conjunto dos municípios que compõem a região do Grande ABC; nas regiões metropolitanas de Porto Alegre, Recife e Belo Horizonte, suas respectivas capitais. Nestes casos, a ampliação do Sistema PED cresce de modo diferenciado, com direcionamento à problemática intrametropolitana, viabilizado pela desagregação de informações, acompanhada ou não de expansão amostral.

Em paralelo à consolidação das pesquisas permanentes, a metodologia da PED já foi utilizada para diversos levantamentos de campo pontuais. Nestas experiências, norteadas, quer pela dificuldade de financiamento, quer pelas possibilidades de análise dos dados captados ou de interesses específicos, municípios ou regiões urbanas têm contado com trabalhos especiais para conhecer o mercado de trabalho local. Este foi o caso da região metropolitana de Natal que, em novembro de 1999, realizou um levantamento de campo para radiografar seu mercado de trabalho.

## **IX. EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA DA PED**

Desde sua origem, reforçado pelas resoluções do CODEFAT e pelos convênios com o MTE, o sistema PED destaca-se por ser uma pesquisa dirigida à produção de indicadores capazes de subsidiar as políticas públicas de emprego, trabalho e renda, com um sistema de execução descentralizada, flexível para atender às necessidades locais de informações, na qual organismos regionais responsabilizam-se pela sua execução local, sob a coordenação e supervisão do DIEESE e da Fundação SEADE, instituições responsáveis pela pesquisa desde a fase de implantação até sua execução plena.

A realização descentralizada da pesquisa conta com orientações permanentes do DIEESE e da Fundação SEADE, que monitoram a organização dos trabalhos de campo (atualização dos setores censitários, aplicação de questionários, controle e supervisão da coleta, cumprimento da amostra) e a produção de indicadores. Dessa forma, são garantidos o uso de uma metodologia unificada e a manutenção da qualidade na sua execução, propiciando a comparabilidade inter-regional dos resultados da pesquisa. Na divisão de tarefas, cabe ao DIEESE o acompanhamento local presencial (por um ou mais técnicos dessa instituição). A Fundação SEADE proporciona assistência técnica para implantação da pesquisa e acompanhamento à distância de sua execução, bem como eventuais treinamentos de reciclagem ou para incorporação de novos procedimentos.

A execução descentralizada constitui um ponto importante para o sistema PED, pois possibilita o atendimento das demandas de cada região onde é implementada, respeitando as características locais. Para isso, os instrumentos de coleta são flexíveis e viabilizam a introdução de questões específicas no questionário básico, sem que a estrutura comum do levantamento seja comprometida. Adicionalmente, a descentralização facilita a formulação de módulos complementares de temas específicos de interesse local, bem como o acesso direto aos bancos de dados gerados. Sobretudo, com este modo de operar, há um reforço das entidades locais produtoras de estatísticas e uma capacitação de suas diferentes equipes para desenvolver pesquisas domiciliares.

O sistema descentralizado também conta com a assistência do DIEESE e da Fundação SEADE na montagem, organização dos trabalhos de campo, instrumentos de coleta, desenho da

amostra e produção de indicadores, objetivando, pelo uso de uma metodologia unificada, garantir a comparabilidade nacional dos resultados da pesquisa.

Todos os boletins regionais de divulgação mensal produzidos pela pesquisa são enviados às equipes de análise e de estatística da PED da região metropolitana de São Paulo para leitura e crítica. A fim de garantir a qualidade final das informações, verifica-se o cálculo de todos os indicadores, bem como se os dados regionais foram alimentados corretamente no sistema. Técnicos daquelas equipes fazem a leitura desses boletins e a checagem dos dados, o que pode resultar em sugestões ou correções a serem enviadas às equipes locais. O objetivo é preservar um padrão de análise das informações e a qualidade dos dados, respeitando-se as abordagens regionais.

O DIEESE e a Fundação SEADE investiram, desde 2006, na homogeneização da divulgação mensal e anual dos boletins já existentes nas sete regiões onde a pesquisa é realizada: a estrutura do boletim e de seu anexo estatístico está padronizada, assim como o dia de sua divulgação.

Foi criado, também, o *Boletim Sistema PED Mercado de Trabalho Metropolitano* no qual são divulgados mensal e anualmente indicadores médios para o conjunto das regiões metropolitanas pesquisadas, em paralelo às respectivas análises do comportamento de cada mercado de trabalho regional, ampliando o conhecimento do mercado de trabalho urbano brasileiro. Em 2010 a região metropolitana de Fortaleza será incorporada às divulgações mensais no boletim Sistema PED Mercado de Trabalho Metropolitano.

A adoção da PED em diferentes regiões metropolitanas do país, com produção descentralizada e em parceria com entidades governamentais e da sociedade civil, tornou esta pesquisa bastante flexível para captar as especificidades dos mercados de trabalho regionais e investigar temas de interesse relacionados a outros aspectos sociais, pela aplicação de módulos suplementares, de interesse local, ou para o conjunto das regiões.

Nesse sentido, cabe destacar a aplicação, em 2008, em todas as regiões cobertas pela PED (exceto na região metropolitana de Fortaleza), do suplemento “Informações para o Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda” que, focado nos serviços de intermediação e alocação de mão de obra, acesso ao seguro-desemprego e qualificação profissional, possibilita gerar uma série de indicadores para avaliação das políticas públicas de emprego e inclusão social.

A incorporação destes módulos é de fundamental importância por duas razões: primeiro, porque permite atender demandas específicas de usuários a um custo bastante reduzido; e, segundo,

por atualizar permanentemente a PED como instrumento de captação de novos aspectos temáticos sobre o mercado de trabalho.

Desde a implantação da PED, em 1984, essa possibilidade já estava prevista.

*Uma vez montado este sistema, com pequeno custo adicional, através da aplicação de questionários específicos, será possível coletar dados referentes a outros aspectos que afetam a população da região tais como: renda, saúde, habitação e outros<sup>5</sup>.*

*Esta proposta está de acordo com recomendações de organismos internacionais que atuam na área de emprego e condições de vida.*

*La potencialidad informativa de las encuestas de hogares resulta elevada a su máxima expresión en el marco de un programa permanente de encuestas de multiples propositos. Ello no requiere necesariamente la realización de encuestas de temas múltiples, sino más bien la combinación de estos tipos de encuestas con otras, especializadas en determinados temas, que en conjunto proporciona una base dinámica de datos sobre los hogares para atender los múltiples requerimientos de los diversos propósitos analíticos e instrumentales que dan origen a la demanda presente de información. Un instrumento estadístico de tal naturaleza resulta particularmente idóneo para la investigación interrelacionada de las circunstancias del empleo y de los ingresos de los hogares (CEPAL, 1979).*

As informações levantadas no bloco suplementar são adicionadas às características pessoais e dos postos de trabalho do indivíduo, coletadas pelo questionário básico da PED, possibilitando, assim, uma análise abrangente de temas de interesse locais e nacionais, cujas causas e conseqüências podem estar associadas ao perfil do indivíduo e ao seu tipo de inserção ocupacional (ocupação, setor de atividade, tamanho de empresa, etc.).

A implantação e a execução deste módulo seguem os mesmos procedimentos operacionais de coleta adotados pela PED, seja na realização de pré-testes, seja nas exigências de controle de campo e de cálculos de representatividade de seus indicadores.

---

<sup>5</sup> Ver informativo de lançamento da PED (FUNDAÇÃO SEADE/DIEESE, 1984).



Por solicitação das prefeituras de capitais de algumas regiões metropolitanas (Porto Alegre, Recife e Belo Horizonte), são produzidos indicadores específicos a partir da base de dados da PED. Isso também acontece, por exemplo, para a Região do ABC paulista, sendo que, nesse caso, houve necessidade de incremento adicional da sua amostra.

Nessa mesma direção, constitui-se também como desafio à arquitetura institucional do Sistema PED a demanda recorrente pela produção de informações sobre centros urbanos do interior, visando aprofundar o conhecimento da dinâmica destes mercados de trabalho.

As transformações pelas quais passou a economia brasileira e, conseqüentemente, os diversos componentes que conformam o mercado de trabalho atual apontam para a necessidade do conhecimento desse mercado nos municípios de médio porte – como, por exemplo, os 21 municípios brasileiros de 300.000 habitantes ou mais, que não são capitais nem integram regiões metropolitanas.

Para o planejamento amostral da pesquisa nesses municípios (e algumas vezes também em sua área de influência), deve-se considerar uma série de aspectos interligados, entre os quais o dimensionamento, a estratificação, a seleção em um ou mais estágios, o sistema de referência utilizado, a alocação da amostra segundo os estratos, a temporalidade, a dependência ou independência das unidades selecionadas e a precisão exigida em termos da magnitude dos erros amostrais.

Destaque especial cabe à questão da temporalidade, pois é possível realizar a pesquisa em uma única tomada ou proceder-se a um levantamento contínuo, por período de tempo a ser determinado, sendo que as duas formas de realização implicam diferenças nos tipos de informações que podem ser coletadas e divulgadas, na possibilidade de detalhamento regional ou setorial dos dados, nos custos envolvidos e até mesmo nos procedimentos de campo adotados.

O levantamento contínuo possibilita maior detalhamento, abordagem de mais temas, realização de análises no tempo e adição de suplementos ao questionário básico da pesquisa, fatores que podem ser bastante atrativos para a obtenção de parceiros locais. Já a principal vantagem da pesquisa em tomada única encontra-se no seu custo inferior, permitindo sua realização em um número maior de municípios do que na forma contínua.

Vale lembrar que a adoção definitiva de um tipo de planejamento depende de diversos fatores, não apenas técnicos, mas também institucionais, por exemplo, os quais devem ser

considerados ao se definirem os procedimentos mais adequados para atender às expectativas em relação à pesquisa e quantos e quais municípios serão abrangidos.

Até o momento, foram realizadas quatro tomadas da PED no Interior: em 1997, no município de São José dos Campos (SP); em 2001, em Santa Cruz do Rio Pardo (SP), ambas por demandas governamentais; e mais recentemente, em 2006, por iniciativa do Sistema PED, foram feitas duas experiências concomitantes nos municípios de Caruaru, interior de Pernambuco, e Pelotas, no Rio Grande do Sul. Em todos, foi realizada uma tomada única e procedeu-se à análise pontual.

Nos instrumentos de coleta para estas duas últimas experiências, foram introduzidas questões específicas visando subsidiar a elaboração e avaliação de políticas públicas de geração de emprego e renda, em regiões cujo dinamismo econômico diferencia-se dos mercados de trabalho metropolitanos.

## **X. AS POSSIBILIDADES FUTURAS DE EXPANSÃO DO SISTEMA PED – PRINCIPAIS DIRETRIZES E ORIENTAÇÕES**

A implantação da Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED prevista para municípios com população igual ou superior a 300 mil habitantes parte dos princípios e orientações básicas que nortearam a introdução dessa pesquisa não apenas nas regiões metropolitanas onde a mesma vem sendo realizada como, também, em municípios de menor porte e em aglomerados urbanos, localizados no interior dos Estados.

A inclusão dessas áreas interioranas constitui, sem dúvida, ganho significativo na medida em que amplia a abrangência geográfica da PED, possibilitando análises comparativas com outros centros urbanos e gerando informações que permitem embasar a formulação de políticas públicas locais.

Inicialmente, é necessário definir quantos e quais municípios poderão ser contemplados com a pesquisa e, em seguida, para cada uma deles, deve-se, por meio de discussões com os interessados, definir quais os procedimentos mais adequados para atender às expectativas em relação à pesquisa, pois é necessário considerar a verba disponível e os interesses locais.

Segue-se a descrição dos municípios com mais de 300.000 habitantes no Brasil e o planejamento amostral adotado em uma das experiências da PED em regiões menores – aquela realizada em Pelotas, no segundo semestre de 2006. Para alguns aspectos do planejamento da amostra, propõem-se duas alternativas, discutindo-se as possíveis vantagens e desvantagens de cada uma, a fim de subsidiar a escolha final da metodologia de pesquisa a ser adotada.

### **X.1 Municípios-alvo para expansão do Sistema PED**

Considerando-se que o universo potencial da pesquisa nos centros urbanos do interior é composto por municípios com 300 mil habitantes ou mais, estes somam 81 localidades brasileiras, conforme estimativas de população do IBGE para 2008.

Como esperado, predominam municípios do Sudeste (52%) – 22 do Estado de São Paulo, 7 de Minas Gerais, 9 do Rio de Janeiro e 4 do Espírito Santo, totalizando 42 municípios (tabela 2).

Além disso, 54 municípios (67%) pertencem a alguma região metropolitana definida por legislação estadual ou federal.

**TABELA 2**  
**Municípios com mais de 300.000 Habitantes, segundo localização ou não em Região Metropolitana Brasil – 2008**

Região	Localização em Região Metropolitana					
	Não		Sim			
	Número	%	Número	%	Número	%
Norte	3	50,0	3	50,0	6	100,0
Nordeste	4	25,0	12	75,0	16	100,0
Sudeste	13	31,0	29	69,0	42	100,0
Sul	4	36,4	7	63,6	11	100,0
Centro-Oeste	3	50,0	3 <sup>(1)</sup>	50,0	6	100,0
<b>Total</b>	<b>27</b>	<b>33,3</b>	<b>54</b>	<b>66,7</b>	<b>81</b>	<b>100,0</b>

Fonte: IBGE.

(1) Inclusive o Distrito Federal.

Dos 27 municípios que não se situam em regiões metropolitanas, seis são capitais de Estado: Porto Velho, Manaus, Rio Branco, Teresina, Campo Grande e Cuiabá, sendo que Teresina pertence a uma Região Integrada de Desenvolvimento – RIDE com mais 11 municípios do seu entorno e Cuiabá forma um aglomerado urbano com o município de Várzea Grande.

No caso de se restringir a realização da pesquisa aos municípios que não pertençam às regiões metropolitanas nem sejam capital de Estado, o número disponível se reduz a um quarto. Dessa forma, potencialmente 21 municípios constituiriam alvo da pesquisa, conforme quadro a seguir:

**QUADRO 2****Municípios com mais de 300.000 Habitantes que não são Capital nem pertencem a Região Metropolitana –Brasil - 2008**

<b>Região</b>	<b>UF</b>	<b>Nome do Município</b>
Nordeste	PB	Campina Grande
Nordeste	BA	Feira de Santana
Nordeste	BA	Vitória da Conquista
Sudeste	MG	Juiz de Fora
Sudeste	MG	Montes Claros
Sudeste	MG	Uberlândia
Sudeste	RJ	Campos dos Goytacazes
Sudeste	RJ	Petrópolis
Sudeste	SP	Bauru
Sudeste	SP	Franca
Sudeste	SP	Jundiaí
Sudeste	SP	Piracicaba
Sudeste	SP	Ribeirão Preto
Sudeste	SP	São José do Rio Preto
Sudeste	SP	São José dos Campos
Sudeste	SP	Sorocaba
Sul	PR	Foz do Iguaçu
Sul	PR	Ponta Grossa
Sul	RS	Caxias do Sul
Sul	RS	Pelotas
Centro-Oeste	GO	Anápolis

Fonte: IBGE.

Novamente, predominam municípios da região Sudeste (13), destacando-se o Estado de São Paulo, com oito municípios. Na região Nordeste, encontram-se dois municípios, um na Bahia e um na Paraíba; na região Sul, localizam-se dois municípios no Paraná e dois no Rio Grande do Sul; na região Centro-Oeste, encontra-se somente um município, em Goiás. Nenhum município da região Norte apresenta população superior a 300 mil habitantes, exceto as capitais e aqueles que pertencem às regiões metropolitanas.

## **X.2 Estratégias para implantação da PED – Centros urbanos do interior**

Diante do que foi exposto anteriormente sobre as demandas potenciais de expansão da PED para outras localidades, apresentam-se, a seguir, a título de orientação, propostas para implantação da PED no que concerne a:

- abrangência temática;
- desenho amostral;
- implantação e execução.

### **X.2.1 Abrangência Temática**

Para desenho do instrumento de coleta a ser utilizado na PED – Centros Urbanos do Interior, apresentam-se sugestões de adequação do escopo temático da PED em regiões metropolitanas, para que a sua execução em municípios de médio porte produza indicadores mais aderentes à realidade destas áreas e, ao mesmo tempo, garanta sua comparabilidade com as regiões metropolitanas.

#### **X.2.1.1 Classificação da condição de atividade**

Partindo do pressuposto de que a estrutura econômica de municípios de 300 mil habitantes ou mais leva à constituição de um mercado de trabalho local ou regional com relativo grau de heterogeneidade, tal como nos espaços metropolitanos, a adoção da classificação da condição de atividade da PED permitirá identificar grupos de ocupados, desempregados e inativos, explicitando

formas ocultas de desemprego e o exercício de trabalho excepcional pela população inativa, presentes também nesses mercados.

Desse modo, os parâmetros básicos de classificação de condição de atividade utilizados na PED metropolitana, explicitados anteriormente, devem ser operacionalizados também nos levantamentos domiciliares da PED – Centros Urbanos do Interior.

### **X.2.1.2 Caracterização dos ocupados**

Os aspectos investigados para a população ocupada nos centros urbanos do interior devem permitir caracterizar, assim como nos mercados metropolitanos, o trabalho principal realizado no que se refere a: posição na ocupação, ocupação, setor de atividade e setor institucional da empresa empregadora, tamanho da empresa, rendimentos do trabalho, acesso à previdência social, posse de carteira assinada, jornada de trabalho, local da empresa ou negócio, tempo de permanência no atual trabalho, além de identificar o exercício de trabalho adicional. Ademais, é importante incorporar a captação de outras variáveis para subsidiar o desenho de políticas públicas locais de emprego, trabalho e renda.

São apresentadas a seguir algumas recomendações de ajustes e incorporações de variáveis que possam contribuir na formulação do questionário a ser aplicado nas pesquisas domiciliares em municípios com 300 mil habitantes ou mais.

- Identificação do principal meio de obtenção do trabalho atual, para captar canais efetivos de acesso a postos de trabalho em mercados não-metropolitanos, inclusive precisando a efetividade dos postos públicos de atendimento ao trabalhador.
- Ampliação das alternativas de resposta para a questão que identifica a posição do entrevistado no seu atual trabalho principal, incorporando as categorias: *estagiário remunerado, pequeno produtor agrícola e cooperado*. Esta ampliação permite o acompanhamento de novas formas de contratação.
- Identificação dos benefícios indiretos acrescidos à remuneração do trabalho, tais como cesta básica, fornecimento de alimentação, vale-refeição, vale-supermercado, auxílio ao transporte, auxílio à creche e escola, convênio médico e seguro de vida.
- Identificação da natureza jurídica da empresa privada que contrata, identificando as que

têm fins lucrativos e aquelas sem fins lucrativos, constituídas como associações, cooperativas, organizações não-governamentais, etc.

- Investigação do local de exercício do trabalho, distinguindo o trabalho realizado no local de funcionamento da empresa ou negócio daquele feito em outros locais, como, por exemplo, domicílio onde o trabalhador reside.
- Captação das principais dificuldades enfrentadas pelos microempreendedores e trabalhadores independentes no exercício da atividade de sua empresa, negócio ou empreendimento, buscando identificar em que medida o poder público pode atuar para minimizar essas dificuldades.
- Ampliação da captação de rendimentos com inclusão de recebimentos de outras fontes associadas à realização de trabalho, tais como décimo terceiro salário, trabalhos ocasionais, verbas rescisórias de trabalhos anteriores, fundo de garantia, abonos provenientes do PIS-Pasep. Além disso, deve-se investigar renda obtida de outras fontes, como, por exemplo, pensões alimentícias, aluguéis, transferências ou ajudas de custo para pagamento de mensalidades escolares na forma de bolsas de estudos, doações e transferência de renda de programas governamentais.
- Identificação do atual emprego ou trabalho como primeira experiência de trabalho, para avaliar formas de inserção da população mais jovem.
- Inclusão de questões que investiguem a realização de cursos de qualificação ou capacitação profissional.

### **X.2.1.3 Caracterização dos desempregados**

As características investigadas para a população desempregada nos centros urbanos do interior devem permitir a caracterização habitual da PED por tipo de desemprego (aberto, oculto pelo trabalho precário ou pelo desalento). Além disso, deve-se preservar a captação de variáveis sobre posição na ocupação do último trabalho regular, tempo decorrido desde que perdeu ou deixou o último emprego ou trabalho, meios de sobrevivência, rendimentos e ainda, sobre motivo de saída.

Para os desempregados com exercício de trabalho precário nos últimos 30 dias é importante preservar-se a identificação da posição na ocupação e dos rendimentos desta atividade para permitir



outros estudos analíticos.

Com o intuito de obter uma avaliação mais detalhada das dificuldades a que estes trabalhadores estão expostos, a pesquisa poderá investigar, ainda, um conjunto de variáveis que contribuam para a formulação de ações do poder público de apoio aos desempregados, tais como:

- identificação das atuais dificuldades ou limitações que a população desempregada enfrenta para conseguir trabalho;
- revisão da questão que capta as providências realizadas para procura de trabalho, com o intuito de identificar todos os meios utilizados nessa busca por um posto de trabalho, inclusive a utilização dos postos públicos de atendimento ao trabalhador;
- ampliação da captação de rendimentos com a inclusão de rendas de outras fontes, como, por exemplo, verbas rescisórias, fundo de garantia, abonos provenientes do PIS-Pasep, pensões alimentícias, aluguéis, bolsas de estudos, doações e transferência de renda de programas governamentais;
- inclusão de questões que investiguem e caracterizem os cursos de qualificação ou capacitação profissional realizados.

#### **X.2.1.4 Caracterização dos inativos**

As informações a serem captadas pela PED nos centros urbanos do interior devem permitir caracterizar a população inativa, discriminando-a quanto ao exercício de trabalho excepcional, identificando o tipo de trabalho exercido e rendimentos.

São listadas a seguir as principais revisões sugeridas na elaboração de questionário domiciliar para aplicação na população inativa em municípios de 300 mil habitantes ou mais.

- Focalizar as razões da inatividade sob o motivo de não-trabalho, buscando identificar pelo menos três dimensões: as razões diretamente ligadas ao mercado de trabalho; aquelas relacionadas às formas de organização familiar e as razões estritamente pessoais. Nesse sentido, deve ser pensada a inclusão de uma questão que aborde os motivos de não-trabalho ou de realização de trabalho somente em caráter excepcional.
- Identificar a experiência anterior de trabalho da população inativa para gerar subsídios às

ações de recolocação ou primeiro emprego.

- Incluir questões que investiguem a realização de cursos de qualificação ou capacitação profissional.
- Ampliar a captação de rendimentos, além do recebimento de pensão ou aposentadoria e seguro-desemprego, captados no questionário da PED metropolitana, a partir da inclusão de recebimentos de outras fontes, como, por exemplo, ganhos oriundos da realização de trabalhos excepcionais, verbas rescisórias, fundo de garantia, abonos provenientes do PIS-Pasep, pensões alimentícias, aluguéis, bolsas de estudos, doações e transferências de renda de programas governamentais.

#### **X.2.1.5 Caracterização da população total**

A caracterização da população total nos centros urbanos do interior deve abranger os atributos sociodemográficos básicos, ou seja, sexo, idade, composição familiar e cor, além da condição de migração e escolaridade, já investigadas na PED metropolitana.

No entanto, na perspectiva de fornecer informações ao poder local para apoiar programas específicos de política pública, a investigação da dimensão educacional precisa ser aprimorada em dois aspectos:

- explicitação, no questionário, das alternativas de frequência à escola série a série de cada um dos níveis de ensino – fundamental, médio e superior –, acrescidas de alternativas para identificação do ensino não-seriado (supletivo). Com isso, será possível acompanhar a implantação da mudança do Ensino Fundamental de oito para nove anos, como também calcular, com maior precisão, o indicador anos de escolaridade;
- ampliação da caracterização dos ensinos médio técnico e de nível superior, registrando o nome do curso frequentado ou concluído, que deve ser codificado, segundo classificações já largamente utilizadas pelos censos educacionais, para permitir a geração de indicadores relacionados à formação profissional. Dessa forma será possível estabelecer relações entre escolaridade, tipo de curso realizado e a efetiva inserção no mercado de trabalho.

## **X.2.2 Desenho Amostral**

A seguir, apresentam-se as diretrizes para o planejamento amostral da pesquisa nos municípios com 300 mil habitantes ou mais, uma vez que a adoção definitiva de um tipo de planejamento depende de diversos fatores, não apenas técnicos.

### **X.2.2.1 Alternativas de amostra para PED – Centros urbanos do interior**

Para a realização da pesquisa nos municípios com população maior ou igual a 300 mil habitantes, em três dos principais aspectos do planejamento amostral sugere-se a discussão de mais de uma alternativa ou de possível alteração em relação ao normalmente utilizado nas PEDs, a saber:

- alocação da amostra segundo os estratos;
- temporalidade;
- magnitude dos erros amostrais.

#### **X.2.2.1.1 Alocação da amostra segundo os estratos**

As amostras da PED normalmente são alocadas de maneira proporcional à distribuição da população pelos estratos utilizados, o que, entretanto, não constitui procedimento obrigatório, uma vez que se pode optar pela sobreamostragem (*oversampling*), ou seja, por alocar na amostra uma proporção maior de unidades de um determinado estrato em relação à existente na população, com o intuito de poder investigar mais e com maior precisão as características desse estrato. Como exemplos, pode-se considerar a possibilidade de investigação mais profunda de um estrato composto pelos setores censitários menos favorecidos, segundo critérios socioeconômicos predefinidos, ou de um estrato correspondente a uma região de interesse. Desta forma, há duas opções para a alocação da amostra:

- sobreamostragem (*oversampling*) no estrato de interesse;
- amostra proporcional ao tamanho dos estratos.

A maior vantagem de se optar pela sobreamostragem encontra-se na possibilidade de analisar em maior profundidade parcela da população na qual se tenha interesse especial, sem precisar aumentar muito o tamanho da amostra geral. Entre as principais desvantagens, encontram-se as possíveis dificuldades para a ponderação dos dados globais e a presença de erros amostrais diferentes de acordo com o estrato populacional, o que significa na prática que, se para uma parcela

da população o conhecimento será mais aprofundado, para outras necessariamente será mais superficial, uma vez que serão relativamente subamostradas.

### **X.2.2.1.2 Temporalidade**

Um dos principais aspectos na realização de pesquisas amostrais domiciliares consiste na temporalidade. Para os municípios de pelo menos 300.000 habitantes não pertencentes a regiões metropolitanas, propõem-se duas possibilidades de realização da pesquisa:

- levantamento em uma única tomada;
- levantamento contínuo, por período de tempo a ser determinado.

Essas duas formas de pesquisa implicam diferenças no tipo de informação que pode ser coletada e divulgada, na possibilidade de detalhamento regional ou setorial dos dados, nos custos envolvidos e até mesmo nos procedimentos de campo adotados.

A fim de possibilitar uma maior riqueza na discussão do assunto e de permitir uma escolha bem estudada, cabe destacar o que se pode esperar de cada uma dessas formas propostas e debater as principais vantagens e dificuldades de cada uma delas.

#### **Pesquisa em tomada única**

No caso de ser realizado apenas um levantamento de dados, provavelmente será selecionada uma amostra de tamanho aproximado ao da utilizada em Pelotas (4.500 domicílios), esperando-se que os indicadores tenham precisão também semelhante à obtida naquela região. Isso significa que deverá haver precisão suficiente para permitir a análise dos principais indicadores de mercado de trabalho divulgados mensalmente (a partir das informações acumuladas dos três últimos meses de pesquisa) pelas PEDs das regiões metropolitanas, entre eles: a taxa de desemprego total, por tipo e para alguns segmentos populacionais; a distribuição e a estimativa do número de ocupados por setor de atividade e por posição na ocupação; o rendimento obtido e as horas trabalhadas pelos ocupados e a estimativa do número de inativos e de desempregados.

Os aspectos normalmente analisados nas PEDs das regiões metropolitanas com o acúmulo de um, ou até mesmo de dois anos de informações, provavelmente não poderão ser estudados nesta opção, pois resultariam em indicadores pouco precisos cuja divulgação feriria o padrão de qualidade

estabelecido para a PED. Assim, a análise detalhada do mercado de trabalho, como, por exemplo, estudos de gênero, raça/cor, jovens e idosos; análises sobre rendimentos para segmentos específicos e exploração da situação dos desempregados, entre outros, não serão possíveis, bem como a desagregação das informações para regiões internas do município, ou a incorporação de questões de interesse local abordando fenômenos sabidamente de baixa incidência.

Para realizar a pesquisa dessa forma, será possível adotar os principais procedimentos normalmente utilizados na execução da PED. A equipe poderá ser local ou formada por membros que não necessariamente morem na região pesquisada. Em tomada única, serão pesquisados menos domicílios do que em processo contínuo, acarretando, portanto, menores custos.

### **Pesquisa contínua**

Em uma pesquisa contínua, realizada em um período predeterminado de tempo que poderia ser de um ou mais anos, ter-se-ia uma situação semelhante à encontrada na PED das regiões metropolitanas, ou seja, seria possível obter os mesmos resultados mensais que a proposta anterior permite, em divulgações mensais a partir do acúmulo de informações de três meses de pesquisa. Além disso, tal como nas PEDs metropolitanas, haveria a possibilidade do acúmulo de informações por períodos mais longos (semestres ou anos) para permitir análises mais detalhadas, como já mencionadas no item anterior. Destaca-se a possibilidade de fornecer não apenas informações gerais do município, mas também a estimação de indicadores para áreas intramunicipais, atendendo a formas de regionalização tradicionais ou novas. Também se torna muito mais viável e compensadora a incorporação de questões de interesse local ou geral, que abordem aspectos menos explorados e talvez mais raros, para serem analisados com informações acumuladas anualmente.

A exemplo do que ocorre nas PEDs metropolitanas, existe a possibilidade de acoplar ao instrumento de coleta suplementos com o objetivo de investigar mais detalhadamente temas de interesse. Estes suplementos podem ser aplicados durante um subperíodo e depois ser substituídos por outros, levando ao conhecimento aprofundado da região. Se a pesquisa for realizada por períodos mais longos, acumulando um tamanho razoável de amostra, esta poderá ser utilizada como base para outras pesquisas menores e futuras, ou seja, a partir de questões simples incorporadas na pesquisa original, pode-se identificar os domicílios que apresentam uma determinada característica de interesse e, no futuro, revisitá-los e estudar detalhadamente o fenômeno apontado. Outra forma de se chegar a um elevado grau de detalhamento das informações é por meio de metodologias de estimação baseadas em modelos espaço-temporais.

A parceria com entidades locais como prefeituras, universidades ou outras organizações, são imprescindíveis, é altamente recomendada para a viabilização e o bom proveito desta forma de pesquisa. Esta opção provavelmente demandará uma equipe de campo local, uma vez que os trabalhos serão realizados em um intervalo de tempo consideravelmente longo. Haverá a necessidade de seleção de um número bem mais elevado de setores censitários e serão pesquisados muito mais domicílios do que em tomada única, chegando-se, portanto, a custos mais elevados.

### **Pesquisa contínua com amostra mensal menor**

Uma opção para diminuir um pouco os custos dessa forma de pesquisa seria a utilização de amostras mensais menores, abrindo-se mão de informações conjunturais, ou seja, referentes aos trimestres, mas garantindo-se resultados anuais ou semestrais. Por exemplo, uma amostra de mil domicílios por mês (6.000 domicílios por semestre) seria suficiente para divulgar indicadores básicos semestrais e para investigações mais profundas em períodos anuais.

Pelo exposto anteriormente, conclui-se que as duas alternativas de temporalidade para a pesquisa apresentam vantagens e desvantagens, que podem ser resumidas da seguinte maneira:

<b>Pesquisa em tomada única</b>	
<i>Vantagens</i>	<i>Desvantagens</i>
<ul style="list-style-type: none"><li>• custo menor</li><li>• não há necessidade de contratar, de forma permanente, equipe local para a realização da pesquisa</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• sem detalhamento regional</li><li>• sem análises no tempo</li><li>• abertura restrita das informações</li><li>• impossibilidade de abordar muitos temas ou questões</li></ul>

<b>Pesquisa contínua</b>	
<i>Vantagens</i>	<i>Desvantagens</i>
<ul style="list-style-type: none"><li>• detalhamento regional</li><li>• análises no tempo</li><li>• abertura mais detalhada das informações</li><li>• possibilidade de abordar mais temas ou questões</li><li>• possibilidade de acoplar suplementos específicos à pesquisa</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• custo mais elevado</li><li>• necessidade de contratar equipe local permanente para atuar de forma contínua na realização da pesquisa</li></ul>

Cabe ressaltar que, caso se opte pela tomada única, devido ao seu menor custo é possível realizar a pesquisa em mais municípios. Em contrapartida, a possibilidade de maior detalhamento e maior aprofundamento oferecida pela pesquisa contínua eleva a probabilidade de se obterem parceiros locais que contribuam para a realização do levantamento.

### **X.2.2.1.3 Magnitude dos erros amostrais**

Um dos fatores determinantes do tamanho de uma amostra é a precisão desejada para seus indicadores. Nas regiões metropolitanas em que a PED é realizada, bem como no Distrito Federal, estabeleceu-se que só seriam disponibilizados indicadores cujos erros amostrais relativos fossem no máximo 15%, sendo que os principais índices, como taxa de desemprego, de ocupação e de participação, apresentam erros ainda menores. Convém ser mais rigoroso quando se apresentam séries de indicadores, caso contrário podem ocorrer variações mensais muito intensas que prejudicam a credibilidade da pesquisa. Nos casos de tomada única ou quando a evolução mensal dos indicadores não apresenta grande interesse, pode-se cogitar em maior tolerância a erros amostrais mais elevados. Com isso, diminui-se o tamanho da amostra a ser levantada e, conseqüentemente, os custos envolvidos.

### **X.2.3 Implantação e execução da PED – Centros urbanos do interior**

A implantação da Pesquisa de Emprego e Desemprego em municípios com população igual ou superior a 300.000 habitantes, à semelhança do ocorrido nas demais regiões onde a mesma foi desenvolvida, pressupõe uma série de etapas e procedimentos para viabilizar a execução dessa pesquisa, entre os quais uma atividade inicial básica compreendida pela montagem de um arcabouço institucional de vital importância para execução da PED local.

Essa atividade consiste na realização de reuniões de caráter institucional com representantes dos organismos demandantes da pesquisa, em geral, os governos estaduais, as prefeituras, universidades e demais organizações de grande representatividade local, contando com a participação de dirigentes da Fundação SEADE e do DIEESE, com a finalidade, de um lado, dar conhecimento da importância da PED para geração de informações para um programa de políticas públicas, e, de outro, discutir os interesses e as possibilidades locais de implementar a pesquisa, as suas etapas, prazos e procedimentos, bem como a definição da(s) entidade(s) locais executora(s) da pesquisa.

Acordados esses aspectos, deve-se realizar outras reuniões de caráter mais metodológico e operacional entre equipes técnicas envolvidas no processo, com o intuito de explicitar a metodologia da PED, a operacionalização das atividades de campo, o sistema de coleta de dados, processamento e análise dos resultados.

#### **X.2.3.1 Plano de implantação**

O plano de implantação desta pesquisa deve contemplar todas as atividades a serem desenvolvidas nesse processo, o seu respectivo cronograma, além da especificação dos recursos financeiros, materiais e humanos necessários a sua efetiva realização. A seguir são detalhadas as principais atividades realizadas nesta etapa, bem como são explicitadas as funções desempenhadas pela equipe alocada neste tipo de pesquisa domiciliar.

#### **Dimensionamento dos recursos humanos e atribuições da equipe de campo**

Para a adequada execução da PED, é necessário montar uma estrutura de campo que prevê as diferentes funções/atividades a serem desenvolvidas. Saliente-se que o número de técnicos e



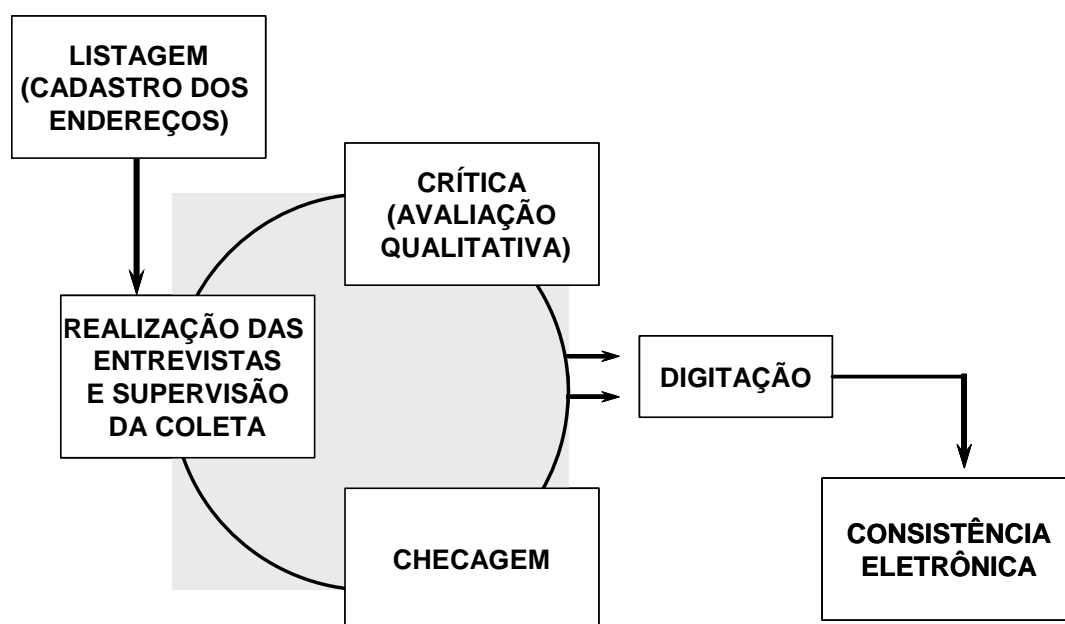
profissionais para cada função deve variar de acordo com o planejamento amostral, especificamente levando em conta o tamanho da amostra mensal e a dupla alternativa do critério de temporalidade: levantamento em tomada única ou levantamento contínuo.

A equipe de coleta de dados deve contar com os seguintes profissionais:

- Coordenador geral de campo;
- Supervisor;
- Coordenador de conferência de dados;
- Listador/checador;
- Pesquisador;
- Crítico;
- Digitador;
- Consistidor.

As equipes que constituem a estrutura de campo desenvolvem atividades que se interagem e se completam em sua dinâmica diária, que pode ser visualizada na Figura 6.

**FIGURA 6**  
**Atividades de Execução da PED**



No capítulo V deste relatório foi apresentado o detalhamento das atividades que constam da figura acima e que são também indicados para a pesquisa nos centros urbanos do interior.

### **Montagem e preparação das equipes de campo**

Para o desenvolvimento dessas tarefas, duas são as atividades primordiais:

- seleção de pessoal;
- treinamento das equipes.

### **Seleção de pessoal**

A montagem das equipes de campo a serem alocadas na PED – Centros Urbanos do Interior, independentemente de suas funções específicas, deve obedecer a critérios básicos adotados e aprovados nas localidades onde a pesquisa já foi implantada.

Assim é fortemente recomendável:

- pessoas com idade superior a 21 anos;
- experiência em pesquisas socioeconômicas domiciliares;
- escolaridade mínima de 2º ou 3º graus completos;
- boa apresentação e comunicação fluente.

No entanto, algumas outras características mais técnicas são consideradas importantes, dependendo das atividades a serem executadas.

A seleção de pessoal, em geral, obedece a uma dinâmica com etapas subseqüentes.

Primeira etapa:

- convocação via imprensa ou cartazes afixados, geralmente, em estabelecimentos escolares;
- leitura e avaliação dos currículos recebidos a partir dos quais se faz a primeira triagem.

Segunda etapa:

- reunião geral com todos os candidatos para:
  - ✓ uma apresentação da pesquisa, seus objetivos e sua importância;
  - ✓ explicitação dos tipos de trabalho envolvidos, os requisitos para seu exercício, as eventuais dificuldades e, ao mesmo tempo, manifestação da disponibilidade de apoio da coordenação da pesquisa;
  - ✓ entrevistas individuais seguindo roteiros previamente elaborados, com orientações sobre os aspectos considerados fundamentais para a adequada escolha do candidato. Com base nessas entrevistas são selecionados aqueles julgados mais aptos para determinada função. Ao mesmo tempo, procura-se verificar a opção do próprio candidato (trabalho interno ou externo), sua disponibilidade de horário, postura e responsabilidade em face do trabalho.

O processo de seleção bem encaminhado constitui mais uma garantia de formação adequada das equipes de campo.

### **Treinamento das equipes de coleta de dados**

No anexo que acompanha este relatório aprofundam-se todas as atividades de treinamento para equipes que realizam a PED. Neste item a abordagem tratará dos processos mais gerais.

O programa de treinamento centra-se no pessoal voltado à coleta de dados, podendo-se afirmar que nessa equipe reside o ponto nevrálgico da pesquisa, uma vez que a qualidade e a fidedignidade dos dados coletados dependem de seu bom desempenho.

Embora os treinamentos para as diferentes equipes de campo abordem os mesmos aspectos – apresentação da pesquisa, conceitos, definições e critérios, escopo do questionário e uso dos manuais de instrução –, a ênfase em determinados itens e a duração da exposição sobre os mesmos, se diferenciam de acordo com as áreas de atuação dos profissionais.

De maneira geral, a equipe de campo é dividida em dois grupos: um externo, que entra em contato direto com a população, composto por listadores, pesquisadores e checadores; e outro interno, incluindo os supervisores e os críticos e também os coordenadores setoriais da pesquisa. O trabalho desse grupo se desenvolve principalmente nos escritórios da entidade executora do levantamento.

Essas turmas devem ser posteriormente divididas, para treinamentos específicos, procurando capacitar cada grupo para o exercício diferenciado de suas funções.

Os conteúdos dos treinamentos são os seguintes:

- apresentação da PED;
- exposição da metodologia da PED – conceitos, definições e critérios;
- listagem (arrolamento) dos setores censitários amostrados;
- aplicação do questionário e técnicas de abordagem dos moradores;
- supervisão, crítica e checagem.

O treinamento para aplicação do questionário inclui procedimentos de listagem e orientações para a localização dos domicílios da amostra, técnicas de abordagem do entrevistado e organização dos trabalhos em campo, bem como a realização de pré-testes e correção dos respectivos questionários e, finalmente, atividade de reforço na aplicação das questões com maior incidência de erros. Em geral, realiza-se num período de 10 a 15 dias.

### **Montagem e preparação das equipes de estatística e análise**

Além da equipe de coleta, definida anteriormente, é imprescindível ainda montar as equipes de estatística e análise, bem como prever um coordenador geral da pesquisa a quem caberá supervisionar todas as atividades envolvidas no projeto.

Assim como as demais, essas equipes recebem treinamento, cujo foco direciona-se às atividades listadas a seguir, além das informações gerais sobre os objetivos e conteúdo temático da pesquisa, inclusive das instruções de coleta.

O treinamento da equipe de estatística é direcionado, principalmente, para uso e operação dos programas computacionais de:

- controle das atividades de campo;
- sorteio dos setores censitários e dos domicílios;
- entrada de dados e de consistência;
- geração da base de dados;
- cálculo dos erros amostrais;
- processamento e elaboração das tabelas de análise.

No caso da análise, o treinamento refere-se à elaboração dos informativos de divulgação dos resultados para o governo e autoridades locais, para a imprensa, para o movimento sindical, para as universidades e para a sociedade civil.

Na medida da significância da amostra, podem, igualmente, ser elaborados estudos especiais de interesse da comunidade contemplando, por exemplo, os vários segmentos populacionais.

O treinamento para essa atividade se resume à realização de reuniões técnicas entre os analistas das entidades envolvidas na pesquisa, com a colaboração do corpo de analistas da Fundação SEADE e do DIEESE.

Nessas reuniões, são especificados os principais indicadores a serem divulgados, segundo o interesse da entidade à qual o informativo é dirigido, o formato da coletiva à imprensa, os procedimentos de análise, como acompanhamento das informações sobre o mercado de trabalho local, regional e mesmo nacional, a utilização de tabelas complementares àquelas divulgadas, comparação com indicadores produzidos por outras entidades de pesquisa, etc.

### **Dimensionamento dos recursos materiais**

Item importante para o desenvolvimento da pesquisa refere-se à disponibilidade de recursos materiais:

- espaços físicos apropriados, de preferência próximos aos meios de locomoção, que abriguem e integrem todo o pessoal envolvido na execução da pesquisa (coordenadores, estatísticos, analistas e equipe de campo);
- recursos de: informática; telefonia; mobiliário; transporte.

### **Execução da Pesquisa**

A pesquisa é executada em duas etapas. Inicialmente realiza-se uma pesquisa-piloto em sub amostra e prazos previamente definidos. Após esta etapa, é implementada a pesquisa plena com execução da amostra planejada para o levantamento de dados.

### **Pesquisa-piloto**

A exemplo do que ocorreu nas regiões onde a PED foi implementada, deve-se prever necessariamente a realização de uma pesquisa-piloto com amostra reduzida e durante um período de tempo a ser determinado conforme a disponibilidade dos recursos financeiros e dos prazos estipulados para a execução total da pesquisa plena.

A pesquisa-piloto tem como objetivo testar todos os procedimentos inerentes ao processo de implantação da PED, como o instrumental de coleta, em especial, neste caso, por se tratar de questionário sujeito a algumas alterações no seu conteúdo temático, incluindo novas questões e mesmo com inclusão/exclusão de alternativas de resposta de questões já constantes do questionário básico da PED.

Além disso, procura-se avaliar o desempenho de todos os setores da pesquisa – coleta de dados, crítica e checagem. Serão igualmente objeto do teste a adequação dos programas de informática e também a coerência, ainda que preliminar, dos dados coletados.

Os resultados da pesquisa-piloto possibilitam diagnosticar o desempenho das equipes setoriais de campo e, especialmente, a adequação do instrumental de coleta, indicando a

necessidade de sua eventual reformulação. Da mesma forma, permitem constatar a pertinência de um programa de reforço e reciclagem do pessoal de campo.

A realização da pesquisa-piloto e a correção dos eventuais aspectos considerados mais vulneráveis permitem eliminar a ocorrência de problemas semelhantes na execução da pesquisa plena.

### **Pesquisa plena**

Uma vez validado o processo de trabalho com a pesquisa-piloto, implanta-se a pesquisa plena, cumprindo o plano amostral definido para execução da PED – Centros Urbanos do Interior, no que se refere a sua abrangência geográfica, tamanho da amostra e temporalidade.

## **ANEXO**



## A NECESSIDADE PERMANENTE DE TREINAMENTO DAS EQUIPES

Pela complexidade da PED, é necessário treinar permanentemente equipes que possam assegurar a realização da mesma em altos padrões de qualidade.

O texto deste anexo apresenta os elementos fundamentais à capacitação do corpo técnico responsável por ministrar treinamento de metodologia e operacionalização do questionário da Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED. Nesse sentido, são relacionados todos os procedimentos necessários para o domínio técnico do conteúdo temático, no que diz respeito à compreensão de conceitos, definições e operacionalização do questionário. Ao mesmo tempo, são indicados os cuidados relacionados às especificidades do trabalho das equipes que compõem a pesquisa e também qual a infraestrutura necessária para que essa atividade possa ocorrer sem prejuízo do processo de aprendizado. Esse produto complementa o “*Programa de treinamento das equipes executoras das PEDs Regionais*” (2007), que serve como referência para orientação de treinamento metodológico e aplicação do questionário, técnicas de abordagem em campo e localização de domicílios, disponibilizando, também, anexos que servem para explanação e realização de tarefas durante a sequência de treinamento. Por meio desses dois produtos pretende-se homogeneizar técnicas de ensino, fornecendo aos responsáveis pelo treinamento uma base didática satisfatória das etapas necessárias para transmitir o conhecimento e estar apto a avaliar o desempenho das equipes durante e após o preparo para desempenho de atividades na PED.

Também é objeto desse produto demonstrar e orientar como estruturar um programa de reciclagem destinado àqueles que já atuam na execução da pesquisa.

Vale destacar que o responsável pelo treinamento da PED encontrará nesse produto indicações de outros materiais destinados à explicitação dos conteúdos, conceitos, definições e objetivo das questões para o desempenho satisfatório na transmissão dessas informações.

## 1 - METODOLOGIA E OPERACIONALIZAÇÃO DO QUESTIONÁRIO

Nesse ponto são indicados os cuidados e recomendações necessárias para o preparo e execução do treinamento de metodologia e operacionalização do formulário de coleta de dados e como se deve proceder para sua realização.

### **Leituras necessárias**

Para estar capacitado para ministrar o treinamento, é imprescindível a leitura do relatório metodológico da “*Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED, conceitos, metodologia e operacionalização (versão atualizada – 2009)*”, “*Manual do entrevistador*” e “*Programa de treinamento das equipes executoras das PEDs regionais*”. Além de conhecer estes materiais, o instrutor precisará compreendê-los em todos os seus detalhes, por se tratar de pré-requisito para embasamento teórico-metodológico da pesquisa.

Outros materiais também são indispensáveis para se dar o treinamento, entretanto, são de caráter mais específico dirigidos a treinamentos referentes a procedimentos de equipes de trabalho, que acontecem após o treinamento teórico-metodológico e operacionalização do formulário de coleta de dados: manual de supervisão de campo, manual de crítica e manual de checagem. De toda a forma, é importante que o instrutor tenha conhecimento e compreensão satisfatória desses materiais.

### **Outros conhecimentos**

É imprescindível que o instrutor conheça as práticas de campo, em especial as técnicas de realização de entrevistas e o processo de listagem e identificação de domicílios sorteados, pois ele será o facilitador para que os treinandos sejam capacitados para execução da coleta de dados.

Ter conhecimento também de outros conteúdos da pesquisa sempre será importante para desenvolver uma visão ampla do conjunto funcional e operacional da pesquisa. Por exemplo, conhecer as regras de consistência ajudará a aprofundar as relações possíveis entre as questões, dando mais subsídios para o treinamento da metodologia e operacionalização de questionário; ou, aprofundando o conhecimento da base de dados e indicadores de análise, a compreensão do que as informações podem revelar conjuntural e estruturalmente sobre aspectos do mercado de trabalho ajudará na explanação do que o questionário pode propiciar aos diferentes usuários da pesquisa e para a sociedade civil, referendando a importância da PED.

### **Verificações necessárias**

A verificação só ocorre após definição do planejamento de ensino, do público ao qual se destina o treinamento (funções internas ou externas) e do cronograma de exposição das atividades.

O instrutor deverá sempre atentar-se para a sequência programada dos temas e conteúdos previstos para o treinamento, incluindo a verificação dos exercícios de fixação, programação de pré-teste, tempo disponível para correção dessas etapas e preparo para reforço necessário para conclusão e finalização.

Deverá também verificar se todo material para exposição está organizado (transparências, arquivo em *power point*, etc), bem como a infraestrutura necessária para o número de participantes (mobiliário, por exemplo).

### **Imprevistos**

Cabe lembrar que o instrutor precisa estar preparado para eventuais imprevistos. São situações que podem acontecer e que precisarão ser avaliadas durante o treinamento.

Eventualmente podem ocorrer faltas e, dependendo do que o treinando perder, poderá ou não ser programada reposição. Isso dependerá do número de instrutores que estarão dando o treinamento e de sua disponibilidade. Mas isso não poderá de forma alguma interferir no bom andamento do treinamento. Dependerá, também, da parte do treinamento que foi “perdida”. Questões classificatórias, por exemplo, serão sempre prioridade para compreensão geral do questionário.

Vale ressaltar que não se deve mencionar aos participantes que eventuais faltas poderão ter alguma reposição de conteúdo. Abrir esse precedente pode interferir no comprometimento do treinando. Por isso, essas situações são avaliadas entre os instrutores e a coordenação da pesquisa durante o treinamento. No entanto, deve-se deixar claro aos participantes que faltas prejudicarão o aprendizado, podendo interferir na avaliação do aproveitamento do conteúdo.

Embora o “*Programa de treinamento das equipes executoras das PEDs*” destaque as etapas de treinamento que devem ser cumpridas e seu conteúdo, são apresentados a seguir alguns cuidados e recomendações necessários para o instrutor nessas etapas.

## **Apresentação da Pesquisa**

Primeiro explicar o que é um levantamento primário domiciliar. Sem estender-se muito, comparar com outros tipos de levantamentos (por exemplo, informações obtidas junto a estabelecimentos e fontes secundárias).

Explicar, em seguida, que se trata de um levantamento amostral trimestral móvel, por meio de entrevistas quantitativas. Pode-se dar o exemplo de como uma amostra diferencia-se de pesquisas cujos dados são obtidos por censo.

Depois, deve-se destacar como a amostra é composta (setores censitários e domicílios), a construção de painéis mensais e como é o preparo da amostra (listagem, sorteio, etc.).

Atentar para a sequência indicada no programa de treinamento. O item “*desenho temático*” terá como subsídio o relatório metodológico da PED que contém todos os detalhes sobre as origens da pesquisa, desenho temático (concepção de que o mercado de trabalho é heterogêneo e indicadores amplos e comparáveis) e sua abrangência, bem como os parâmetros básicos que definem cada condição de atividade.

Destacar também a importância de blocos suplementares que podem ser elaborados e implementados em conjunto com a coleta de dados do questionário básico da PED, para que as equipes de trabalho saibam que essa atividade pertence, mesmo em caráter pontual, à rotina da pesquisa. Dar exemplos de suplementos anteriores para ilustrar melhor o significado desse bloco temático.

## **Sistema de controle de campo**

Este item reforça a necessidade de o instrutor ter conhecimento das práticas de campo, para explanação das atividades de planejamento, controle e coleta de dados. Ao expor esse ponto, elucidar como se integram e interagem as equipes de supervisão e coletores de dados e conferência de dados (crítica e checagem).

## **Definições básicas do questionário**

Ao expor a definição de domicílio, o instrutor não pode se esquecer de incluir a noção de domicílio complementar, explicando situações que elucidam o momento de listagem e aplicação do questionário.

Para definição de família, deve-se explicar primeiro que os critérios obedecem a uma hierarquia (casal, relações primária e secundárias), que se combinam em diferentes situações. Por isso, os exemplos devem ser expostos paulatinamente, verificando se foram compreendidos pelos treinandos. O uso do “*Manual do entrevistador*” e transparências nessa etapa ajudará na compreensão.

A definição de morador deverá esclarecer: a) a inclusão da categoria morador presente com resposta direta e indireta – para acompanhamento do aproveitamento de campo; b) a inclusão da definição de “não morador presente” – para situações de domicílios pesquisados, tais como república de estudantes, alojamento de trabalhadores, evitando-se, inclusive, a dupla contagem.

### **Blocos A, B, C e D**

O instrutor deve cuidar para que fique clara a diferença entre a definição de família e o arrolamento dos moradores por família no bloco B, indicando que este último tem o propósito de ordenar ou “montar” um sistema de referência que identifica os indivíduos na capa do questionário e no formulário individual.

### **Bloco E – Atributos pessoais**

Complementando o programa de treinamento, no Bloco E, alguns cuidados devem ser tomados para explicar como captar as informações. Mencionar que as informações sobre migração (questões 6 a 8) são limitadas ao movimento imediatamente anterior à região metropolitana investigada e que o preenchimento da escolaridade (questões 9 a 11) é adaptado também para captar informações como a frequência a cursos supletivos. Ou seja, a idéia é de que as questões, à medida que vão sendo transmitidas, formam um conjunto que reúne determinados propósitos. O instrutor deve sempre se preocupar em passar o sentido conjunto de um grupo de questões para que fique claro o que se pretende captar em campo. Por isso, é sempre bom lembrar também que o “*Manual do entrevistador*” é imprescindível para orientar o treinamento.

### **Bloco F – Questões 12 a 24**

Ao iniciar o Bloco F (aplicado para pessoas com dez anos ou mais), o instrutor deverá primeiro demonstrar como essa etapa do questionário está estruturada e seu propósito de investigação.

As informações requisitadas estão divididas em questões classificatórias (questões 12 a 24) e questões específicas à condição de atividade: ocupados (questões 25 a 44), desempregados (48 a 63) e inativos (questões 45 a 47 ou 45, 46 e 58 a 63).

As questões classificatórias obedecem a uma divisão que está atrelada aos cinco parâmetros de investigação e definição da condição de atividade do respondente.

As questões 12 a 16 investigam a realização ou não da procura efetiva de trabalho nos últimos 30 dias (questão 12) ou se há disponibilidade para trabalhar sem procura efetiva nos últimos 30 dias, mas com procura em 12 meses (questões 13 a 16). Nestas questões, define-se se o respondente procurou ou não trabalho segundo os dois parâmetros mencionados.

As questões 17 a 20 investigam mais dois parâmetros para a definição da condição de atividade: situação de trabalho e de não trabalho (questão 17, 19 e 20) e tipo de trabalho exercido (questão 18). Essas questões definem se o respondente é ocupado ou inativo.

As questões 21 a 24 investigam os parâmetros situação de trabalho e de não trabalho (questão 22), motivo de procura de trabalho, que inclui necessidade de mudança de trabalho (questão 23), e tipo de trabalho exercido (questão 24).

Esses parâmetros devem ser expostos didaticamente para a compreensão do que se quer investigar e como a metodologia da PED define cada condição de atividade.

## **Bloco F – Questões 25 a 44**

Após a definição da condição de atividade, é importante que durante o treinamento sejam explicitados e demonstrados o encadeamento e a complementaridade das questões.

Nas questões que caracterizam a população classificada como ocupada, as questões 29 a 31 determinam a posição na ocupação. Algumas dessas questões são diferenciadas com o propósito de permitir maior abrangência de diversas formas de inserção no mercado de trabalho. É o caso dos diferentes tipos de assalariados (com ou sem comissão ou o doméstico mensalista); profissional universitário autônomo (que se caracteriza por exercer a profissão de nível superior de formação) e trabalhadores autônomos (para uma empresa ou negócio, para mais de uma empresa ou negócio e para a população em geral); empregador e dono de negócio familiar (que se diferencia do empregador por ter trabalhadores familiares em seu negócio e até dois empregados fixos); trabalhadores domésticos (mensalista, diarista e que recebe em espécie e benefício).

Por isso o instrutor deve se preocupar sempre em demonstrar a amplitude de situações que vão se complementando.

As informações de trabalhadores autônomos são complementadas pela questão 32 (instrumentos básicos).

Os assalariados são diferenciados por subcontratação ou não (questões 33 a 35), por carteira assinada ou não (questão 36) e privado, público ou doméstico (questão 37).

As demais informações vão sempre complementando e caracterizando diferentes formas de inserção no mercado de trabalho.

Assim é importante que o instrutor durante o treinamento aponte as diferentes situações que podem existir, lembrando que a PED tem um questionário que se caracteriza por captar indicadores comparáveis com estatísticas internacionais, apresentando também a possibilidade de criação de diferentes tipologias para expressar a realidade do mercado de trabalho nacional.

### **Bloco F – Questões 45 a 47**

O instrutor deve ter o cuidado de esclarecer que o inativo pode também ter um trabalho excepcional. Recomenda-se, por isso, retomar a partir de quais questões classifica-se o inativo (questões 19 e 20), para demonstrar o encadeamento de respostas que determinam sua condição.

### **Bloco F – Questões 48 a 63**

Nessa etapa do questionário o instrutor deve mencionar que, após definir a população classificada como desempregada, identificam-se as situações de desemprego aberto e oculto e toda a sua caracterização.

Recomenda-se retomar o caminho classificatório das alternativas oriundas das questões 22 (alternativas 5 a 7), 23 (alternativas 5 e 6) e 24 (alternativa 3).

As questões 48 e 49 são as que exigem maior grau de compreensão, pois referem-se à classificação do tipo de desemprego (aberto ou oculto pelo trabalho precário). Disso dependerá a combinação de respostas e períodos que se realizou algum trabalho. Por isso, o instrutor deve frisar aos participantes que releiam as questões 48 a 50 e acompanhem o treinamento pelo *Manual do entrevistador*. Nesse sentido, devem ser expostas todas as situações previstas na questão 50, pois os exemplos ajudam a compreender as diversas possibilidades de situações.

## **2 – PLANEJAMENTO DE ENSINO**

Este ponto destaca quais os cuidados necessários para se planejar o treinamento de novos integrantes ou para implantação da pesquisa.

### **Público-alvo**

A primeira etapa de planejamento para o treinamento refere-se ao público-alvo. É preciso que o responsável pelo treinamento saiba com que propósito os participantes estarão sendo treinados. Ter em mente este propósito contribui muito para dar indicações de quais cuidados e aprimoramento serão necessários para o exercício da função a ser desempenhada na pesquisa.

As equipes que serão treinadas deverão ser divididas pelo exercício de funções internas e externas. Essa divisão é mais eficiente para que o instrutor possa organizar-se para situações de treinamento que exigirão a estruturação de exemplos e exercícios específicos de fixação e compreensão.

Para o treinamento de funções internas, deverá ser dada maior atenção ao objetivo das questões, relação entre as questões, acuidade com descrições e observações, análise da coerência das informações contidas no questionário, pressupostos que constituíram a estrutura do questionário e suas questões para elucidação, inclusive dos indicadores socioeconômicos da pesquisa.

Para o treinamento das funções externas, além da compreensão da operacionalização do questionário, deverá ser dada ênfase aos cuidados relativos à validação das questões, controle de desempenho e qualidade em campo, planejamento e estratégias de campo, abordagem às residências sorteadas, noções de listagem e localização de domicílios.

### **Cronograma**

O cronograma de treinamento é definido a partir do número de participantes, dias e/ou períodos disponíveis para treinamento e infraestrutura adequada (locais, equipamentos para exposição e materiais de trabalho).

O cronograma indica a sequência dos temas a serem tratados no treinamento, bem como o tempo a ser usado em cada etapa da exposição. Normalmente, o treinamento é realizado em período integral, com intervalos para café e almoço.



Apesar de não existir uma rigidez de formato, o cronograma deve ser planejado em função da quantidade de pessoas a serem treinadas, atividades que serão realizadas durante o treinamento (exercícios de fixação, pré-teste, etc.) e funções internas ou externas que futuramente serão exercidas (treinandos). Isso porque quanto maior for o número de participantes, mais complexa poderá ser a quantidade de perguntas, dúvidas, controle sobre eventuais dispersões durante comentários ou discussões, etc.

Recomenda-se que a organização de turmas esteja limitada a, no máximo, 30 participantes. Quando esse número for excedido, ou se dividem as turmas ou sugere-se que o treinamento seja ministrado por duplas de instrutores.

Para o treinamento, mesmo partindo-se da divisão de grupo de pessoas por funções internas e externas, alguns cuidados são destacados para funções específicas. A seguir são levantados pontos necessários para se chamar a atenção durante o treinamento.

### **Supervisão de campo e pesquisadores**

Para aqueles que estão sendo treinados para exercer as funções de supervisão e pesquisa de campo, além da metodologia e operacionalização do questionário, deverá ser dada ênfase ao planejamento de coleta de dados, controle de qualidade, abordagem aos domicílios e seus moradores, as estratégias de localização das residências sorteadas, horários e número de visitas, validação das questões, cuidados necessários, etc.

### **Equipe de crítica e consistência de questionários**

Para quem está sendo preparado para equipe de crítica, o objetivo de cada questão, a importância da leitura minuciosa de cada descrição ou observação no questionário e o estabelecimento de nexos entre elas serão sempre os elementos-base para o preparo do desempenho da atividade. O crítico precisa conhecer a metodologia e operacionalização do questionário o mais detalhadamente possível.

### **Equipes de análise e estatística**

Uma equipe que está sendo preparada para análise deverá ter como fio condutor da exposição, além da metodologia e da operacionalização do questionário, a construção dos

indicadores e o uso das informações. O objetivo de cada questão servirá de guia para os limites da construção de um determinado indicador. Por isso, o analista deve saber o que se quer com cada questão e, grosso modo, o que a informação a ser obtida significará. Esta é apenas uma parte a ser apontada. O conhecimento da amostra e da significância de cada questão terá também de fazer parte desse conhecimento prévio para o exercício da função, tanto para a análise de conjuntura como para a estrutural. A amostra de cunho trimestral móvel, como qualquer outro plano amostral em qualquer outra pesquisa, tem limites e seu uso adequado dependerá desse “alerta” ou “lembrança” que o treinando deverá ter. Para esses treinandos, o conhecimento mais detalhado de cada possibilidade do questionário e de quais questões é constituído cada indicador da pesquisa, dá margem para melhor refletir sobre futuros estudos que poderão ser realizados no setor de análise.

Além da exposição e discussão da metodologia e operacionalização do questionário, outras atividades envolvem o período de treinamento. A seguir são listadas quais atividades e sua importância.

### **Exercícios e simulados**

Os exercícios e simulados objetivam fixar e esclarecer aspectos da metodologia e operacionalização do questionário sobre diferentes etapas indicadas no capítulo 1: questões classificatórias; diferentes situações possíveis por condição de atividade (ocupados, desempregados e inativos); questões específicas como setor de atividade econômica, rendimentos, frequência de trabalho, etc.

Portanto, os exercícios devem ser entregues e corrigidos durante o treinamento, para verificação da compreensão dos participantes, com o intuito de dar prosseguimento ao treinamento sem comprometer as etapas seguintes.

### **Pré-teste**

O pré-teste busca propiciar aos treinandos a vivência da aplicação do questionário, a saber: abordagem dos entrevistados; formulação das perguntas; compreensão dos conceitos e definições da pesquisa; organização do material de trabalho; percepção das técnicas de listagem; etc. Assim, o treinando pode ter uma idéia mais geral de como se organizar para as atividades de campo e como desenvolver estratégias para agilizar a atividade, além de perceber como o processo de

operacionalização do questionário ocorre e os cuidados que deve ter, inclusive no que diz respeito ao domínio de conceitos e definições da PED.

Evidentemente que essa proposição refere-se a uma situação “ideal”, em que a aplicação em campo ocorre em domicílios com setores previamente selecionados pela coordenação (que não compõem a amostra), com facilidade de acesso, de preferência em quadras bem definidas. Preferivelmente, por se tratar de um primeiro contato com o exercício da atividade de campo, sugere-se evitar áreas de favela, prédios residenciais.

Uma outra situação, com menor exigência e proximidade com o exercício e simulação de campo, refere-se à aplicação de questionários com parentes e amigos, no bairro ou nos arredores do escritório da pesquisa. Recomenda-se esse procedimento somente para as equipes internas, que não exercerão atividades em campo.

### **Avaliação do aprendizado**

Esta etapa tem por finalidade avaliar o desempenho do participante no processo de treinamento, a partir de critérios estabelecidos para a sua aprovação ou não, bem como obter um perfil do mesmo. Com isso, é possível identificar situações em que uma pessoa, selecionada para ser um checador, tenha demonstrado, durante o treinamento e após sua avaliação, perfil mais adequado para exercer a função de crítica. Cada treinando deve ser avaliado segundo: assiduidade, atenção e envolvimento, participação, questionamentos, resultado dos exercícios de fixação e resultado da aplicação do pré-teste.

A avaliação dos participantes deve ocorrer durante todo o treinamento. Por isso, recomenda-se a correção de cada exercício de fixação aplicado ao final do dia de treinamento.

O controle de presença também será um instrumento de avaliação, pois registra o conteúdo não assistido pelo treinando e permite que se avalie o tamanho da perda com as etapas de treinamento, que poderá comprometer a compreensão e o encadeamento do questionário. Neste caso, deve ser avaliada a possibilidade de repor o conteúdo das questões “perdidas”, porém com o cuidado de isso não se tornar prática corrente durante o treinamento.

### **Reforço de conceitos, definições e questões**

Essa atividade ocorre após a finalização da exposição da metodologia e operacionalização do questionário e do pré-teste. O intuito é fazer uma avaliação geral das dificuldades apresentadas durante todo o treinamento para se elaborar um período de exposição e discussão dos conteúdos que apresentaram maiores problemas de compreensão. O tempo para essa atividade dependerá da quantidade de situações a serem esclarecidas e do número de participantes do treinamento.

Vale ressaltar que os treinandos, especialmente supervisores, checadores e pesquisadores, terão uma etapa exclusiva de treinamento dirigida para abordagem às residências sorteadas e seus moradores e listagem e localização de domicílios, necessários para se desenvolver “estratégias de campo” no que diz respeito ao aproveitamento de entrevistas obtidas (realizadas), informações de caráter sigiloso (rendimentos, por exemplo), localização correta das residências sorteadas, etc.

Da mesma forma, outras equipes passarão por treinamento específico: crítica, análise e estatística.

### 3 – RECURSOS NECESSÁRIOS E INFRAESTRUTURA

Antes do início de todo o treinamento e planejamento de ensino, o responsável deverá ter apoio técnico-operacional e administrativo para organizar as atividades. A seguir são destacados os itens necessários:

- a) cada responsável pelo treinamento deverá ter: manual do entrevistador, formulário de coleta de dados completo (capa e formulário individual), calendário, bloco de rascunho, boletins impressos (regional e metropolitano), textos-resumo com os principais conceitos e indicadores da pesquisa e textos divulgados na mídia sobre a PED (opcional). Deverão ter disponibilizados também: local adequado com quadro ou lousa (de preferência quadro branco) ou cavalete e folhas de flip-chart, canetas específicas para quadro branco ou giz ou caneta piloto, canetas esferográficas, aplicativos de informática (*power point*, *data show*), retroprojetor, elásticos, clips, capas e questionários suficientes para realização de exercícios, transparências, cronograma, lista de presença dos participantes por período e formulário para registro de anotações sobre os treinandos;
- b) os treinandos deverão ter: manual do entrevistador, formulário de coleta de dados completo (capa e formulário individual), calendário, carta aos moradores, bloco de rascunho, caneta, lápis, apontador e borracha;
- c) para o pré-teste os treinandos deverão ter: pasta de poliondas (de preferência), média de 15 questionários Bloco F e 5 capas, crachá de identificação, carta de apresentação da pesquisa, listagem do setor e vale-transporte ou equivalente.

### 4 – RECICLAGEM DAS EQUIPES DE CAMPO

Recomenda-se que em todas as regiões onde a PED é realizada seja programado, em determinados períodos, um programa de reciclagem.

A programação de reciclagem das equipes que compõem as atividades de campo dependerá sempre da necessidade de ajustes ou atualizações, identificados a partir de discussões que envolvem a rotina de campo para soluções de caso ou situações-limite. Dependerá também da frequência de problemas relacionados à localização ou acesso aos domicílios que compõem a amostra da pesquisa.

A extensão desse programa dependerá do objetivo e da disponibilidade de tempo, da equipe ou das equipes que participarão da reciclagem.

A reciclagem significa que os participantes têm experiência nas atividades de campo. Por isso, o planejamento dessa atividade é feito com base na identificação de temas e variáveis, situações de campo que se repetem e para as quais não se tem uma solução devidamente homogeneizada.

A realização da atividade consiste, portanto, em primeiro identificar problemas e se estes são específicos a uma equipe ou comuns a todas as equipes. Em seguida, devem ser listados os problemas e relacionados exemplos de situações que necessitem de esclarecimento e discussão para solução de dúvidas. Ou seja, organiza-se uma discussão (pauta) em que os problemas são debatidos e identificados e o responsável ou responsáveis pela reciclagem solucionam no momento da discussão ou deixam pendentes para posterior recomendação e orientação.

Outro tipo de reciclagem pode ser realizado quando é percebida a necessidade de se reforçar conceitos e definições da PED. Nesse caso também identificam-se as dúvidas por equipes. Este reforço se dá com conteúdo baseado na experiência de campo. Da mesma forma que o tipo de reciclagem anterior, soluções são dadas durante a atividade ou posteriormente, com a preocupação de se homogeneizar o conhecimento de toda a equipe de campo.

A reciclagem também pode ser realizada de diferentes maneiras, seja com exercícios, simulados, aulas expositivas ou interativas, seja simplesmente por meio de discussão de casos específicos que foram separados durante um certo período, dependendo da equipe que esteja solicitando a reciclagem. Por isso, a necessidade da reciclagem se dá sempre em função de uma demanda do campo ou equipe de campo específica.